

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



RIO DE JANEIRO – ANO 07 – Nº 19
JANEIRO/ABRIL – 2004

Revista Philologus, ano 8, nº 19, jan./abr.. 2001

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 8, nº 19, (jan./abr. 2001) – Rio de Janeiro: CIFEFIL. 101 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801(05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: pereira@uerj.br e www.filologia.org.br

Diretor-Presidente: Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

1.º Secretário:

Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

2.º Secretário:

Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo

Diretor da Revista Philologus

Prof. Nataniel dos Santos Gomes

Vice-Diretor da Revista Philologus

Prof. Me. Vito Cesar de O. Manzolillo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Afrânio da Silva Garcia

José Pereira da Silva

Aileda de Mattos Oliveira

Maria Lúcia Mexias Simon

Alfredo Maceira Rodríguez

Nataniel dos Santos Gomes

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Ruy Magalhães de Araujo

Amós Coêlho da Silva

Salatiel Ferreira Rodrigues

Cristina Alves de Brito

Vito Cesar de Oliveira Manzolillo

Diagramação, edição e editoração

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 0. EDITORIAL – <i>José Pereira da Silva</i> | 05 |
| 1. A estilística através dos textos – parte 1 – <i>Ruy Magalhães de Araujo</i> | 07 |
| 2. A literatura de viagem e sua contribuição para o conhecimento da língua tupi: Jean de Léry, Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux – <i>Eduardo de Almeida Navarro</i> | 15 |
| 3. Nomenclatura Gramatical Brasileira: Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959, do MEC | 30 |
| 4. O falar repousado de Pernambuco – <i>Salatiel Ferreira Rodrigues</i> | 41 |
| 5. O infinitivo latino em face ao infinitivo português: aspectos evolutivos – <i>Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira</i> | 48 |
| 6. Observações sobre movimento – <i>Nataniel dos Santos Gomes</i> | 60 |
| 7. Sujeito, discurso e poder – <i>Maria Geralda de Miranda</i> 65 | |
| 8. Uma visão de mudança linguística: quando tudo era chamado de barbarismo – <i>Cristina Brito</i> | 76 |
| 9. A língua portuguesa em uma perspectiva histórica: propostas de trabalho, em um processo dinâmico, para os três níveis de ensino – <i>Maria Luci de Mesquita Prestes</i> | 82 |
| INSTRUÇÕES EDITORIAIS | 101 |

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos apresenta-lhe o número 19 da *Revista Philologus*, com doze artigos e uma resenha, de autoria dos professores, filólogos e/ou lingüistas: Cristina Brito, Eduardo de Almeida Navarro, Emmanoel dos Santos, Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira, Janice Cravo Piccoli, José Pereira da Silva, Luíza Galvão Lessa, Maria Geraldo de Miranda, Maria Luci Mesquita Prestes, Nataniel dos Santos Gomes, Ruy Magalhães de Araujo e Sataliel Ferreira Rodrigues.

A *Revista Philologus* é um dos pouquíssimos periódicos especializados das áreas de Lingüística e Letras que se mantém por um período de seis anos ininterruptos, sem qualquer forma de patrocínio. Uma segunda edição dos 15 primeiros números, em cinco volumes, busca atender a demanda dos interessados, visto que a primeira tiragem foi muito reduzida e se esgotou completamente, apesar da disponibilização de todos os seus artigos na Internet, através de domínio (www.filologia.org.br), que o CiFEFiL criou e administra, também sem patrocínios nem auxílios.

Neste número você poderá ler:

No primeiro artigo (p. 7-13), a primeira parte do artigo do filólogo Ruy Magalhães em que o “sistema expressivo e sua eficácia estética” do português é analisado em diversos pontos;

No segundo artigo (p. 14-24), o filólogo da língua tupi se debruça sobre algumas obras básicas da “língua geral da costa do Brasil” para dar-nos algumas achegas para esta faceta específica da filologia brasileira;

No terceiro artigo (p. 25-28), o primeiro importante trabalho de Geografia Lingüística aplicado à Região Norte do Brasil se faz apresentado em suas linhas gerais, com promessas de melhor divulgação e aperfeiçoamento em breve;

O quarto título (p. 29-36), não é um artigo, mas uma Lei para os docentes de ensino primário e médio, que já está atingindo a sua caduquice, dando mostras de que precisa ser substituída em breve;

No quinto artigo (p. 37-41), a dialetologia brasileira é analisada em sua realização léxica e fonológica em parte do Nordeste brasileiro;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No sexto artigo (p. 42-52), o infinitivo do verbo na língua portuguesa é analisado do ponto de vista histórico, buscando-se suas raízes no infinitivo latino;

No sétimo artigo (p. 52-56), as três propriedades da regra de movimento de sintagmas nominais são analisadas do ponto de vista da estrutura profunda e da estrutura superficial da linguagem, com exemplos do português.

No oitavo artigo (p. 57-66), a autora focaliza aspectos particulares do estruturalismo saussureano relativamente ao sujeito, ao discurso e ao poder nos sistemas lingüísticos.

No nono artigo (p. 67-72), a modificação permanente das línguas, como elementos que se alteram juntamente com os seres humanos (seus executores) é um fato pouco perceptível para as pessoas leigas, que não se dedicam a comparar os fatos ocorridos nessa atividade social do homem;

No décimo artigo (p.73-87), a língua e sua história são examinadas do ponto de vista de sua utilização no processo de ensino-aprendizagem nos diversos níveis;

No décimo primeiro artigo (p. 88-90), a resenha do *Livro de Oswald* (retrato de um contista esquecido), da escritora e filóloga Rejane Machado, na tentativa de cumprir a mais sagrada função social do filólogo.

No décimo segundo artigo (p. 91-96), voltando-se à aplicação didático-pedagógica da língua portuguesa, analisa-se a utilização da literatura luso-africana como uma proposta de ensino;

Por fim, (p. 97-102), a política lingüística em geral e a da língua portuguesa em particular é considerada e rediscutida do ponto de vista da sua implementação por Antonio Houaiss.

Agradeceremos a todos por quaisquer comentários críticos, que serão sempre aceitos como uma contribuição para a melhoria da qualidade de nossa produção acadêmica e editorial.

Rio de Janeiro, abril de 2001.

José Pereira da Silva

A ESTILÍSTICA ATRAVÉS DOS TEXTOS – PARTE 1

Ruy Magalhães de Araujo (UERJ)

Por estilo, do grego *Στυλος*, pelo latim *stilu*, ‘ponteiro’, entendia-se uma haste ou ponteiro de osso e metal que servia de instrumento à escrita dos povos antigos, mormente na Grécia e Roma. Escreviam-se as mensagens em tábuas de cera e o *estilo* era aguçado em uma das extremidades (para marcar os caracteres) e achatado na outra (para fazer correções, supressões ou apagar o que se já havia escrito). Em sentido figurado, hodiernamente se define o estilo como a maneira ou o caráter especial de os artistas, de um modo geral, assinalarem seus trabalhos. De um modo específico, é a maneira particular de exprimir pensamentos, através da palavra falada ou escrita.

A estilística pode definir-se como a arte de bem escrever e ainda como o tratado das diferentes formas ou espécies de estilo e dos preceitos lhes dizem respeito. Também pode definir-se como o setor dos estudos da linguagem que se ocupa com o estilo, tendo a linguagem como fator imprescindível. Entendemos então, resumindo o pensamento do Professor Evanildo Bechara, (*Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 199, p. 415), que o estilo é a reunião de processos que fazem da língua representativa um meio de exteriorização psíquica e de apelo. Temos, finalmente, a seguinte dicotomia para classificarmos a estilística: a chamada *estilística da língua*, de Charles Bally, e a chamada *estilística da fala*, apreendida por Karl Vossler, Leo Spitzer, dentre outros, do Idealismo alemão, condensando-se as palavras do Professor Evanildo Bechara.

Em consonância com a opinião de J. Mattoso Câmara Jr., *Dicionário de Linguística e Gramática*. Rio de Janeiro, Vozes, 1977, p. 110, "Estilística - Disciplina lingüística que estuda a expressão em seu sentido estrito de EXPRESSIVIDADE da linguagem, isto é, a sua capacidade de emocionar e sugestionar. Distingue-se, portanto, da gramática, que estuda as formas lingüísticas na sua função de estabelecerem a compreensão na comunicação lingüística. A distinção entre a estilística e a gramática está assim em que a primeira considera a linguagem afetiva, ao passo que a segunda analisa a linguagem intelectual".

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A estilística é, assim, todo o aparato afetivo e emocional que caracteriza a expressividade do autor.

Não podemos confundir estilística com a gramática. Condensando-se as palavras de Charles Bally, o que caracteriza o estilo não é a oposição entre o individual e o coletivo, porém o contraste entre o emocional e o intelectual. “É nesse sentido, prossegue o Professor E. Bechara, que diferem *Estilística* (que estuda a língua afetiva) e *Gramática* (que trabalha no campo da língua intelectualiva)”.

Segundo o Professor Rocha Lima, “Enquanto a *Gramática* estuda as formas lingüísticas no seu papel de propiciarem o intercâmbio social da comunidade, cabe à *Estilística* estudar a expressividade delas, isto é, a sua capacidade de transfundir emoção e suggestionar os nossos semelhantes”. (C.H. da Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, 21ª ed., p. 441)

A análise literária difere da análise estilística. Aquela é de competência do professor de literatura; esta é da alçada do professor de língua portuguesa e visa, primordialmente, a enfocar aspectos do “*sistema expressivo e sua eficácia estética* no idioma ou nas particularidades idiomáticas de um autor literário ou de um simples falante”, interessando-lhe “tanto a captação de traços estilísticos da língua oral como da escrita, do falante comum e do literato. Com razão disse Vossler que na linguagem de um mendigo vagabundo há gotinhas estilísticas da mesma natureza que todo o mundo expressional de um Shakespeare”, ainda no dizer do Professor E. Bechara, (Op. cit. p. 616)

A crítica tradicional do estilo, comportando suas multifacetadas inquirições literárias, históricas, sociais, políticas, ideológicas, filosóficas, etc., não estará, certamente, exposta a insinuações de que a estilística irá tirá-la do seu lugar e muito menos tentando apagar o papel da antiga Retórica. Ao contrário, a estilística irá sempre prestigiá-la por conta do alto papel que aquela crítica desempenha. Sendo da competência da crítica tradicional o estudo de proposições antigas, a estilística, por estudar proposições novas, estuda igualmente todos os assuntos. Vale citarmos aqui, ainda seguindo as pegadas de Evanildo Bechara, as palavras do mestre, Amado Alonso, in: --- *Materia y Forma en Poesía*, pp. 103-104: “Para usar a velha compara-

ção: estudando o mel, a crítica tradicional estabelece em que flores e de que campos extraiu a abelha; a estilística se pergunta: como resultou este produto heterogêneo com todas as suas procedências, qual a alquimia, que originais e triunfantes intenções lhe insuflaram vida nova? Ou voltando à comparação da estátua: a crítica tradicional estuda as canteiras donde procede o mármore; a estilística, que é que o artista fez com ele".

Quanto aos traços estilísticos, continuamos a citar o ilustrado Professor, representam "(...) o conjunto de particularidades do sistema expressivo para eficácia estética" (*Op.cit.*, p. 616) Isso representa a marca de cada autor, o somatório de tudo o que ele produz em termos de ideal estético, de belo, em seu trabalho, projetando-se em todos os setores da língua. O estilo, próprio ao ser humano, na definição de Buffon, não deve ser entendido como a violação da norma culta do idioma, daí porque existe muita diferença entre traço estilístico e erro gramatical. O traço estilístico pode caracterizar-se por um desvio ocasional da norma gramatical observada em determinada época, o que se justifica, todavia, em razão do seu alto propósito estético. O erro gramatical é o desvio ocasional da norma gramatical observada em determinada época, porém desprovido do alto propósito estético.

Ainda em consonância com o Professor Carlos Henrique da Rocha Lima, "Enquanto a *Gramática* estuda as formas lingüísticas no seu papel de propiciarem o intercâmbio social na comunidade, cabe à *Estilística* estudar a expressividade delas, isto é, a sua capacidade de transfundir emoção e sugestionar os nossos semelhantes." (*Op. cit.*, p. 441)

O terreno da estilística é vasto e abrange todos os limites da gramática, fornecendo a esta valiosos subsídios.

Dessa forma, temos a considerar:

- ESTILÍSTICA { a) Fônica
- { b) Morfológica
- { c) Sintática
- { d) Semântica

ESTILÍSTICA FÔNICA

Seu objeto de estudo constitui os sons.

Dentro da fonética, numa abrangência prática, poderíamos esquematizar o seguinte:

D - duração: de caráter irrelevante, sem valor significativo, referindo-se à quantidade (breve/longa).

I - intensidade: relaciona-se com a acentuação das palavras, possuindo grande valor expressivo.

T - timbre: aberto e fechado. Relaciona-se com o efeito acústico decorrente da ressonância ao pronunciarem-se as vogais

A - altura: faz a distinção entre orações afirmativas e interrogativas.

Interessa-nos, sobremaneira, o estudo de três acentos: duração, intensidade e altura, os quais, em função da expressividade, aglutinam-se, combinam-se, misturam-se, a fim de evidenciarem determinada palavra dentro de determinado contexto, fazendo com que a mesma fique numa redoma de emoção e afeto. É o chamado *acento emocional de insistência*. "Tal acento pode consistir no prolongamento da própria sílaba tônica, à qual se comunica, assim, maior duração; ou recair em outra sílaba, valorizada, então, por maior intensidade, maior altura, e, às vezes, também, maior quantidade". (Rocha Lima, Op. Cit., p. 442)

Para exemplificar duração, transcreveremos abaixo dois fragmentos, extraídos, respectivamente, dos livros (Op. cit.) dos Professores C. H. da Rocha Lima e Evanildo Bechara:

Certa vez, na inauguração de um edifício público em festa, [ATA-XERXES] sentiu no meio da multidão que o olhar do amigo pousava no seu rosto, como que o reconhecendo. Não se conteve e gri-tou: *Ziii-to!...*

Se pudéssemos, nós que temos experiência da vida, abrir os olhos dessas mariposinhas tontas...Mas é inútil. Encasqueta-se-lhes na cabeça que o *amor, o amoor, o amoor* é tudo na vida, e adeus.

Com a repetição da vogal tônica, tivemos nos dois fragmentos de modo comprovado o alongamento vocálico, que expressa o estado emotivo do falante e do autor. Tal fato poderá comprovar-se em ou-

tras situações, ao enfatizarmos as sílabas de algumas palavras, quando queremos emprestar ao discurso maior carga emocional: *a situação é calamitosa; mas é preciso calma*. Os fonemas podem, talqualmente, apresentar esse aproveitamento estilístico, mormente as consoantes homorgânicas: *só lhes peço uma coisa - guerra ao crime!* O /p/ de *peço*, o /g/ de *guerra* e o /c/ de *crime* alcançaram, maior força, maior expressividade dos nossos estados d'alma.

A *motivação sonora* das vogais e consoantes, isto é, o aproveitamento das características espontâneas de seus fonemas, capazes de estabelecer analogias com algumas idéias ou sentimentos, também serve de exemplo: *o carro roda; o vento varre; a chuva encharca*.

AS ONOMATOPÉIAS

De acordo com a definição de J. Mattoso Câmara Jr., Op. cit., p. 182, "Onomatopéia - Vocábulo que procura reproduzir determinado ruído, constituindo-se com os fonemas da língua, que pelo efeito acústico dão melhor impressão desse ruído". De conformidade com a opinião do Prof. C. H. da Rocha Lima, Op. cit., p. 444, "A atribuição a certos sons lingüísticos de uma capacidade especial para *interpretar* certos ruídos, ou até estados d'alma, é o que se chama *onomatopéia*". Palavra cuja pronúncia imita o som natural da coisa significanda (sussurro, ciciar, ulular, tique-taque, cocorocó, gluglu, etc) poderá ser a definição mais generalizada de onomatopéia.

Vale lembrar os efeitos onomatopaicos do poema "Os Sinos", de Manuel Bandeira, de onde destacamos os seguintes fragmentos:

Sino de Belém bate bem-bem-bem

.....

Sino da Paixão bate bão-bão-bão.

Guimarães Rosa, magistralmente, usou os efeitos vocálicos das vogais, criando o verbo *aeiou-ar*. "O mato - vizinha mansa - *aeiouava*."

Igualmente, pela junção e combinação de alguns fonemas é possível obtermos belos efeitos imitativos e sugestivos de motivação

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

fônica ou musicalidade dos segmentos frasais, embora nos afastemos, num sentido rigoroso, ao campo das onomatopéias. Mesmo assim, vejamos:

* por homofonia (incidência da acentuação tônica na mesma vogal ou assonância):

Túbios flautins finíssimos gritava,
E, as curvas harpas de ouro acompanhando,
Crotalos claros de metal cantavam.

(Olavo Bilac)

*por aliteração (repetição de fonema ou fonemas no início, meio ou fim de vocábulos próximos e até mesmo distantes, desde que simetricamente dispostos em uma ou mais frases ou em um ou mais versos): “Mas, muito antes da luz das barras, os passarinhos percebem o sol: *pí*o, *pí*ngo, *píl*go, *síl*go, *pí*nta-alecrim...” (Guimarães Rosa)

*por coliteração (incidência nas consoantes homorgânicas, repetidas várias vezes, no início, meio ou fim de uma ou mais frases ou em um ou mais versos):

Vozes veladas, veludosas vozes,
Volúpias dos violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices velozes
Dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas.

(Cruz e Souza)

Ringe e range, rouquenta, a *rígida* moenda...

(Da Costa e Silva)

Com grandes golpes *bato à porta e brado*

(Antero de Quental)

ESTILÍSTICA MORFOLÓGICA

O uso expressivo das formas gramaticais constitui o seu objeto.

Eis alguns exemplos:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**O chamado plural de convite.* O verbo vai para o plural e a intenção é conclamar alguém a praticar uma ação ou a realizar tarefa ou trabalhou que não seja de bom agrado:

"*Vamos* terminar com esse barulho", diz o inspetor de alunos na sala de aula.

**O plural de modéstia.* Também o verbo irá para o plural, quando o autor procura falar de si mesmo:

"*Nós*, ao pronunciarmos estas palavra, estamos com o coração partido".

**O emprego de tempos e modos verbais:*

a) o presente pelo futuro, indicando resolução, decisão:

"Amanhã, depois do trabalho *vou* ter com ela.

b) o imperfeito, como forma de educação, polidez:

"Eu *queria* que você me ouvisse"

c) o presente pelo pretérito, procurando dar ao diálogo aspecto de inovação e comoção a quem se fala:

"Nisso, o temporal *desaba* sobre a cidade".

* *Uso de sufixos, notoriamente os de gradação:*

irmãozinho, mãezinha, politicalha, poetaastro etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CARDOSO, Wilson; CUNHA, Celso. *Estilística e Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1989.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 19

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Manual de Estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Manual de Estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Manuel Pinto. *Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. 11ª edição. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Metáfora, 2.000.

RODRIGUES LAPA, Manuel. *Estilística da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TORRES, Napoleão de Almeida. *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

**A LITERATURA DE VIAGEM E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA O CONHECIMENTO DA LÍNGUA TUPI
JEAN DE LÉRY, CLAUDE D'ABBEVILLE
E YVES D'EVREUX**

Eduardo de Almeida Navarro (USP)

Nos decênios que medeiam entre a chegada de Pedro Álvares Cabral ao litoral da Bahia e a publicação anônima, em Coimbra, do *De Gestis Mendi de Saa*, em 1563, obra atribuída à pena de Anchieta, e considerada por alguns a primeira obra literária do Brasil, não se gestara ainda uma literatura brasileira propriamente dita, mas tão somente uma literatura de viagem, obra de cronistas que percorreram as terras virginais que então se descortinavam aos europeus que, insertos no sistema espoliativo representado pelo Mercantilismo ou no sistema missionário, onde avultava a obra dos jesuítas, dos franciscanos, dos agostinianos e dos dominicanos, as grandes ordens religiosas da Igreja, transferiam para a América uma cultura alógena de matrizes européias. Tal foi o processo civilizatório de maiores conseqüências para a atual configuração econômica, política e social do orbe, o que produziu a mais assombrosa transformação da face da terra desde o Neolítico, quando começou o processo de urbanização da humanidade.

Tal literatura produzida por cronistas e viajantes apresenta imensa importância do ponto de vista histórico, etnográfico e sociológico. É através dela que os primeiros decênios da Conquista podem ser conhecidos na sua inteireza, é por ela que a natureza prístina das novas terras descobertas se revela e é também por seu intermédio que as sociedades primitivas paleolíticas e neolíticas aqui existentes antes da chegada dos europeus podem ser conhecidas sem as deformações produzidas pelo contato com a civilização européia.

Nos séculos XVI e XVII, os primeiros da Conquista, o Brasil foi revelado nas obras de Pero de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Fernão Cardim, os de origem portuguesa; nos textos de Jean de Léry, Yves D'Evreux, Claude D'Abbeville e André Thevet, os franceses; e na obra de Hans Staden, de origem alemã, sem mencionarmos os valiosos textos da lavra dos holandeses, notadamente

Marcgrave, Piso e Laet, que acompanharam Maurício de Nassau quando da invasão holandesa no Nordeste brasileiro.

Sem nenhuma dúvida, é à obra dos franceses, notadamente a de Jean de Léry, Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux, que devemos importantes conhecimentos sobre a *língua brasílica*, falada em quase toda a costa brasileira, segundo a abalizada palavra de Gândavo: “A língua que usam toda pela costa é uma, ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes, mas não de maneira que se deixam uns aos outros de entenderem.”

É o próprio Gândavo quem nos informa que a língua brasílica (ou o *tupi antigo*) era falada na costa brasileira até o paralelo de 27^o, aproximadamente, ao sul, por milhares de quilômetros em nosso litoral.

Os cronistas portugueses mencionados anteriormente e o cronista Hans Staden, de origem germânica, legaram-nos importantes conhecimentos sobre o léxico da língua brasílica, notadamente nos campos semânticos da flora e da fauna. Sem embargo, foram os três cronistas franceses supracitados os que recolheram importantes textos e diálogos, facultando-nos o conhecimento pleno da sintaxe e da morfologia da língua brasílica. Ademais, é mister salientar que dois deles, Yves D'Evreux e Claude D'Abbeville, foram os cronistas da gesta francesa no Maranhão, ao passo que Jean de Léry foi o cronista da França Antártica, a revelar situações lingüísticas de áreas muito distanciadas entre si.

JEAN DE LÉRY

No século XVI, com o advento da Reforma Protestante, a Europa assiste à emergência de conflitos religiosos de grande virulência. Na França, os conflitos entre católicos e protestantes (os *huguenotes*) escondiam os mais diferentes interesses econômicos e políticos, traduzindo-se em violência aberta e morticínios freqüentes. Em Genebra, na Suíça, Calvino instalava uma verdadeira teocracia, regendo a velha cidade segundo os novos princípios que vinha instaurar. Muitos franceses huguenotes, acoçados pela sanha dos potentados e dos plebeus, refugiavam-se naquela cidade, onde estariam sob a tutela de Calvino e de seus sequazes.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Enquanto isso, na França, um soldado aventureiro, homem de muitas luzes e de notório saber clássico, Nicolau Durand de Villegaignon, organiza um empreendimento de grande envergadura. Buscava ele criar uma colônia francesa em terras brasileiras. Com apoio de Coligny, rico calvinista francês, Villegaignon desembarca na baía da Guanabara, no Brasil, no ano de 1555, na que seria chamada *França Antártica*.

Com efeito, os franceses permaneceriam na Baía da Guanabara até 1567, quando seriam de lá expulsos definitivamente pelas hostes de Estácio de Sá, sobrinho do terceiro governador-geral do Brasil, da ilustrada família dos Sá de Miranda de Portugal.

Ganhando o apoio dos índios tamoios, nome local dado aos tupinambás, Villegaignon ameaçava a própria continuidade da colonização portuguesa na porção meridional do Brasil.

É nesse contexto que avulta a figura de Jean de Léry, calvinista que acompanhou os homens de Villegaignon em seu grande empreendimento. Em 1578 ele haveria de publicar em Paris a primeira edição da *Historie* (traduzida para o português com o título *Viagem à Terra do Brasil*).

A obra de Jean de Léry logo conheceria imensa nomeada, sendo traduzida para diferentes línguas, inclusive para o latim, para o uso dos homens ilustrados e cultos que se recusavam a lê-la em línguas vernáculas. Em sucessivas edições, a obra de Léry ia-se difundindo pela Europa e o próprio Léry, até sua morte, incumbiu-se da revisão das sobreditas edições.

Em sua *Historie*, vemos a apresentação magnífica e soberba da natureza brasileira, de sua fauna e flora, de suas sociedades indígenas, de seus usos e costumes. Foi a primeira vez na história do Brasil que se registraram canções executadas pelos próprios índios, em notações musicais singelas.

Além de todas essas virtudes da obra de Léry, cumpre ressaltar que, no seu final, o autor incluiu um texto intitulado “Colóquio de Entrada ou Chegada ao Brasil”, em tupi antigo, onde vemos a língua indígena revelar-se em toda sua plenitude, reprodução que era de um diálogo travado entre um tupinambá e o próprio Léry. Foi também nesse texto onde, pela primeira vez, fizeram-se as primeiras observa-

ções gramaticais sobre a língua brasílica, exatamente dezessete anos antes da publicação da *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, de José de Anchieta, a primeira gramática do tupi antigo, publicada em Coimbra em 1595.

Dessarte, a obra de Léry reveste-se de imenso significado no que tange ao desvelamento das estruturas lingüísticas do tupi antigo. Não fora a pequenez de suas notas gramaticais, ele certamente seria conhecido como o primeiro gramático da língua brasílica.

Assim, enquanto Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e Pero de Magalhães Gândavo revelam-nos quase que exclusivamente os nomes das plantas e dos animais do Brasil, de seus grupos indígenas e de seus instrumentos de pesca, caça, de culinária e de guerra, a obra de Léry desdobra de tal procedimento.

Lemos, a seguir, o intróito de seu precioso texto, recolhido de sua edição de 1578 e adaptado ortograficamente segundo as determinações de Lemos Barbosa (1956):

COLÓQUIO DE ENTRADA OU CHEGADA AO BRASIL
ENTRE A GENTE DO PAÍS CHAMADA TUPINAMBÁ E TUPINIQUIM
EM LINGUAGEM BRASÍLICA E FRANCESA

- *Ere-îu-pe?*
- *Vieste?*
- *Pá, a-îu.*
- *Sim, vim.*
- *Té, aûié n'ipó. Marã-pe nde r-era?*
- *Ah, muito bem! Qual é teu nome?*
- *Reri-ûasu.*
- *Ostra Grande.*
- *Ere-îakaso-p'i'ang?*
- *Imigrante, por acaso?*
- *Pá.*
- *Sim.*
- *E-îori nde r-etam-ûama r-epîaka.*
- *Vem para ver tua futura terra.*
- *Aûtebé!*
- *Perfeitamente!*
- *Îandé r-epîaka o-ur, îandé r-epîaka our-é, xe r-a'yr. Té, o-ur-eté kybō Reri-ûasu ymûã.*
- *Vem para nos ver! Vem para nos ver, meu filho! Ah, veio já mesmo para cá o Ostra Grande!*
- *Ere-ru-pe nde karamemûã?*
- *Trouxeste tua caixa?*
- *Pá, a-rur.*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Sim, trouxe-a.
- *Mboby-pe? Mba'e-pe ere-ru nde karamemûa pupé?*
- Quantas? Que trazes dentro de tua caixa?
- *Aoba.*
- Roupas.
- *Marã-ba'e?*
- De que espécie?
- *Soby-eté, pyrang, ïub, s-un, s-oby-manisob, pirian, pykasu-aba, ting.*
- Elas são azuis, vermelhas, amarelas, elas são pretas, elas são verde-maniçoba, listradas, de cor de pena de pomba, elas são brancas.
- *Mba'e-pe amô?*
- Que mais?
- *Akang-aob-urupé.*
- Chapéus-cogumelos.
- *S-etá-pe?*
- Eles são muitos?
- *I katupabe?*
- Eles são muitíssimos.
- *Ápó nhô?*
- Só isso?
- *Erimã.*
- Absolutamente.
- *E-s-enôî-mbá.*
- Nomeia tudo.
- *Koromô.*
- Em breve.
- *Mokaba, mororokaba, moká-ku'i uru.*
- Armas de fogo, de estouro, recipientes de pólvora.
- *Marã-ba'é?*
- De que espécie?
- *Tapi'ir-usu 'aka.*
- Chifres de boi.
- *Aûê-katu tenhe?*
- Excelente!
- *Mba'e-pe s-epy-rama?*
- Qual é o preço deles?
- *A-rur-i?*...
- Trouxe-os por trazer...
- *He?*
- Ah...
- *A-rur itá-ingapema.*
- Trouxe espadas.
- *N'a-s-epîak-i xo'e-pe-ne?*
- Não as verei?
- *Mbegûé irã...*
- Devagar...
- *N'ere-ru-pe îyapara?*
- Não trouxeste foices?
- *A-rur.*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Trouxe-as.
- *I katu-pe?*
- Elas são boas?
- *Íy-apar-eté.*
- Foices muito boas.
- *Abá-pe o-monhang?*
- Quem as fez?
- *Paîé-gûasu r-emimonhanga.*
- São obra de um grande pajé (i.é., de um artesão).
- *Aîîé-tirûâ!*
- Ah! Muito bem!
- *A-s-epîak-y-mo mã!*
- Ah, que eu as veja!
- *Karamosé.*
- Futuramente.
- *T'a-s-epîak taûîé!*
- Que eu as veja logo.
- *E-ambé ranhe ∅.*
- Espera primeiro.
- *Ere-ru-pe itá kysé amô?*
- Trouxeste algumas facas de ferro?
- *A-rur-etá.*
- Trouxe muitas.
- (...)

O texto acima reproduzido revela importantes fatos sobre a língua brasílica. Em primeiro lugar, desmente o fato de que a língua brasílica fosse o mesmo que o tupinambá, tese sustentada por Rodrigues (1986), que se fundou, por sua vez, nas seguintes palavras de Anchieta (*Arte*, 1v): “Desde os petigueiros do Paraíba até os tamoios do Rio de Janeiro pronunciam inteiros os verbos acabados em consoante, como *a-pab*, *a-sem*, *a-pen*, *a-îur*.”

Em outro passo, Anchieta completa:

Os tupis de São Vicente que são além dos tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante do verbo afirmativo. Em lugar de *a-pab*, dizem *a-pá*, em lugar de *a-sem* e *a-pen*, *a-se ∅* e *a-pe ∅*, pronunciando o til somente; em lugar de *a-îur*, *a-îu*.

Ora, Jean de Léry estava em pleno domínio do tupinambá, quando registrava seu diálogo. Ele deveria, assim, ter apresentado as formas tupinambás em seu “Colóquio”. Contudo, nem sempre o faz:

- *Ere-îu-pe?* - Vieste?

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- *Pá, a-îu.* – Sim, vim.

Jean de Léry, em pleno domínio do tupinambá, mostra a variante dialetal tupi, de São Vicente, se nos fundamos na citação da *Arte* de Anchieta. Os tupinambás diriam, segundo Rodrigues:

- *Pá, a-îur*, com a consoante final do verbo afirmativo.

O texto de Léry contradiz a própria afirmação de Anchieta e desmente afirmação de que a língua brasílica fosse o tupinambá. O tupinambá é, na verdade, uma variante dialetal da língua brasílica na qual também se incluem as variantes tupi, tupiniquim, temiminó e, possivelmente, ainda outras. Com efeito, Rodrigues emprega o designativo tupinambá com uma extensão que ele absolutamente não tinha. Seu erro advém de se ter fundado na obra do antropólogo Alfred Métraux, que utiliza o termo tupinambá como um genérico haja vista, o fato de eles estarem na porção meridional (Guanabara), central (Pernambuco e Bahia) e setentrional (Maranhão) do país. Contudo ainda que estivessem bem mais disseminados na costa brasileira que outros grupos, os tupinambás não falavam a língua brasílica de forma absolutamente igual, o que o texto de Léry evidencia e o que torna o designativo tupinambá impróprio para se referir à língua brasílica como um todo.

O texto de Léry, no seguinte passo, mais uma vez desmente a hipótese de Rodrigues (*op. cit.*):

- *Abá-pe o-monhang?*
- *Quem as fez?*
- *Paiê-gûasu r-emi-monhanga.*
- São obra de um grande pajé.

Ora, em pleno domínio tupinambá, Léry usa aquilo que Anchieta chamaria de tupi de São Vicente. *Stricto sensu*, no domínio tupinambá dir-se-ia: “*Abá-pe o-î-monhang*, com o pronome objetivo incorporado.”

Se Léry empregou formas do tupi de São Vicente no domínio do tupinambá era porque este último também apresentava diferenças ao longo da costa brasileira e Léry deixou-as evidenciadas em sua importante obra.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Por outro lado, é em sua *Historie* que se encontram as primeiras observações e análises gramaticais da língua brasílica (ou tupi antigo).

No exemplo abaixo, Léry apresenta o quadro dos pronomes pessoais do tupi antigo:

Xe akanga - Minha cabeça

Nde akanga - Tua cabeça

I akanga - cabeça dele

Oré akanga - Nossa cabeça

Pe akanga - Vossa cabeça

(...)

Também apresenta em seu “Colóquio”, a flexão do verbo tupi, dando importantes explicações:

A-ikó, ere-ikó, o-ikó, oro-ikó, pe-ikó, o-ikó.

Estou, estás, está, estamos, estais, estão.

A-ikó akûei-me. Estava

Ere-ikó akûei-me. Estavas

O-ikó akûei-me. Estava

Pe-ikó akûei-me. Estáveis

A'e o-ikó akûei-me. Estavam

Quanto ao tempo perfeitamente passado e totalmente transato, toma-se o verbo *ikó*, como antes e se lhe acrescenta o advérbio *akûei-me*, que lembra o tempo de outrora, inteiramente passado. (In: “Colóquio”, *Historie*, 157)

E-ikó, t'o-ikó, t'oro-ikó, ta pe-ikó, a'e t'o-ikó.

Sê tu, seja ele, sejamos nós, sede vós, sejam eles.

É o determinativo que se chama imperativo. Para o futuro basta acrescentar *irã*, como já se disse. O sentido de ordem se dá empregando *taûê*, isto é, “agora, atualmente” (sic). Para exprimir desejo e afeição a alguma coisa, usamos o chamado optativo: *A-ikó-mo mã*: “Oxalá estivesse eu!” Seguindo-se como acima. (Ibidem)

A-îu, ere-îu, o-ú, oro-îu, pe-îu, o-ú.

Venho ou vim, vens ou vieste, vem ou veio, vimos, vindes ou vies-

tes, vem ou vieram. (Conjugação do verbo *a-íu*)”

Exemplo do indicativo ou demonstrativo no tempo presente. Para os outros tempos devem-se tomar unicamente os advérbios acima citados, pois nenhum verbo se conjuga por outra forma a não ser por meio de advérbios, tanto no pretérito, presente imperfeito, mais-que-perfeito, indefinido, quanto no futuro ou tempo vindouro.

Léry, como um autêntico gramático ou lingüista, observa a ausência de expressão temporal no verbo tupi, revelando que são as partículas, na verdade, que expressam o tempo naquela língua. Foi ele que, pela primeira vez, empregou o termo *artigo* (*article*) para designar a flexão à esquerda que o verbo tupi apresenta, o que tornaria impróprio o uso do termo *desinentia*, que significa, propriamente, *terminação*. Léry até mesmo cria terminologia gramatical na própria língua brasílica: “A palavra que em nossa língua brasílica corresponde a *nhe'eng-aba*, locução ou maneira de dizer.”

Assim, a obra de Léry foi de suma importância para o conhecimento do tupi antigo, mormente se considerarmos que ele não se inseria no sistema missionário jesuítico em cujo âmbito deu-se grande parte da produção de textos naquela língua indígena clássica do Brasil.

CLAUDE D'ABBEVILLE E YVES D'EVREUX

Expulsos do Brasil; os franceses não se dariam por vencidos. Quase cinquenta anos depois, em 1613, sob o comando de Daniel de La Touche, Sieur de la Ravardière, os franceses invadem o Maranhão, fundando São Luís, em homenagem ao Rei Luís XIII. Esse empreendimento seria conhecido como *França Equinocial* e duraria muito pouco tempo. A tal episódio histórico vinculam-se os nomes dos missionários capuchinhos franceses Claude D'Abbeville e Yves D'Évreux, o primeiro, autor de *História da Missão dos Padres Capuchinhos à Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas* e o segundo, autor de *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*.

Mais uma vez, os franceses descreveram a variante dialetal tupinambá, pois foi com os tupinambás que eles entretiveram contatos naqueles anos.

Na obra de Yves D'Évreux, chama a atenção um quadro que

ele insere em seu capítulo XXIII, em que mostra formas de saudação usadas pelos índios:

Quando se levantam pela manhã, dizem:

T'i'ã nde ko'em. - Bom dia!

Ne'i ̧, t'i'ã nde ko'em. - Para ti também.

À tarde, ao regressar do trabalho, quando se despedem: *T'i'ã nde karuk.* - Boa tarde. *Ne'i ̧, t'i'ã nde pytuna.* - Boa noite. *Ne'i ̧, t'i'ã nde pytuna.* - Para ti também. (Viagem, cap. XXIII).

Ora, tais formas de cumprimento são absolutamente desconhecidas em outras regiões do Brasil. O *Vocabulário na Língua Brasileira* omitiu-as, assim como as gramáticas, os catecismos e os autos teatrais em língua tupi. Yves D'Évreux revela-nos uma língua que apresentava diferenças com relação à que Léry nos apresentou, embora falada pelo mesmo grupo étnico. Seu caráter de variante dialetal é palpável.

Por outro lado, o grande feito da França Equinocial foi ter levado para a França índios tupinambás do Brasil. Em 1613, diante do rei da França e de toda a corte francesa, o morubixaba Itapuku fez o seguinte discurso, registrado por Claude D'Abbeville:

Yby iar, nde angaturam-eté, apyaba, morubixaba kyreybaba mondó-bo xe r-etama pupé. Pa'i, oré s-epiák-ianondé, oré mbo'e-potar Tupã nhe'enga ri, oré pysyrô-mo apy'á-menuiã sú.

Senhor da Terra, tu és muito bondoso, enviando homens, chefes valentes para a minha terra. Os padres, antes de nós os vermos, quiseram ensinar-nos na palavra de Deus, para nos livrar dos homens maus.

Oré oro-ikó-eté-ramo. Kêesenhe'y ̧-me oro-ikó Íurupari r-a'yramo, oro-ío-'u raka'e.

Nós estamos muito bem. Antigamente éramos filhos do diabo, comíamos uns aos outros.

Xe putupab ne r-eburusu r-esé, nde r-epiaka, apyaba opakatu ne r-emimbo'e s-ekó-reme(...)

Eu estou admirado por tua grandeza, vendo-te, por estarem todos os homens como tens sido.

Kêesenhe'ym Íurupari r-a'yra oro-ikó. Nde angaturam-eté erimba'e apyaba mondó-bo xe r-etama pupé, Pá'i Tupã r-a'yr-eté oré s-epiák' íanondé. Aûê-katu, erimba'e i xó-û oré r-etama pupé.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Antigamente éramos filhos do diabo. Tu foste muito bondoso enviando homens para minha terra, verdadeiros filhos do Senhor Deus, antes de os vermos. Muito bem, eles foram para nossa terra.

N'o-só-î tenhe Ɖ ebapó

Não foram em vão para lá.

(...)

Opakatu xe yby-pora nde r-emimbûai-amo s-ekó-û. Apyaba karaîba atûasaba kori o-ikó."

Todos os habitantes de minha terra estão às tuas ordens. Os índios e os brancos hoje são companheiros.

O texto de Claude D'Abbeville, que reproduzimos acima, tem uma importância vital para o conhecimento do tupi antigo e, principalmente, por desmentir a tese de Mattoso Câmara (1965), segundo o qual teria existido um "tupi jesuítico" no Brasil. Ora, o texto apresentado por D'Abbeville é exatamente o tupi que Anchieta nos revela em sua *Arte* e em seus autos teatrais, a mesma sintaxe, a mesma morfologia, o mesmo vocabulário. Considerando-se o fato de que os tupinambás do Maranhão tinham poucos meses de contato com europeus e se a língua por eles falada era a mesma que os jesuítas nos mostraram em seus textos, logo, fica desmentida, pela obra de D'Abbeville, a idéia de um "tupi jesuítico", que Câmara sustentou em seu projeto de desmoralizar a Tupinologia e as iniciativas de criação das cadeiras de tupi antigo nas universidades brasileiras.

CONCLUSÃO

Assim, postos à margem do sistema jesuítico, alheios à cultura ibérica, os cronistas franceses trouxeram uma significativa contribuição para o conhecimento da língua tupi antiga. Elaborando textos não religiosos, trazem-nos a cultura indígena de forma mais direta.

Registrando diálogos e discursos, os textos de Léry, D'Abbeville e D'Évreux anteciparam modernos procedimentos da Linguística no século XX para a compreensão de estruturas linguísticas. Estando presentes no Brasil em eras muito recuadas, os cronistas franceses referendaram as informações legadas pelos autores de origem ibérica, certamente os mais prolíficos, tornando o tupi antigo, a língua brasílica, a mais bem conhecida de todas as línguas indígenas

brasileiras até os dias de hoje.

BIBLIOGRAFIA

ABBEVILLE, Claude d'. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas*. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ANCHIETA, José de. *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil e História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Notas Tupinológicas de Plínio Airosa. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras – Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ESTUDOS DA DIALECTOLOGIA AMAZÔNICA

Luísa Galvão Lessa (UFAC)

Esta comunicação objetiva mostrar os estudos de natureza dialectológica empreendidos na região amazônica, especificamente no Acre, nas duas últimas décadas, a contar do ano de 1985, com a dissertação de mestrado *TERMOS E EXPRESSÕES POPULARES DO ACRE* e, atingindo ponto de maior culminância, em 1991, com a elaboração do Projeto Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC. Esse Centro foi criado para abrigar um banco de dados, de natureza imensurável, coletado à feitura da tese de doutorado. No ano de 1994, o acervo magnetofônico do Centro cresceu, consideravelmente, quando congregou dados complementares à elaboração do Atlas Etnolingüístico do Acre – ALAC. O trabalho do Atlas volta-se à confecção de cartas léxicas e fonéticas, glossários, mapas e gráficos que indiquem o universo lingüístico do homem acreano; a normatização gramatical internalizada em cada falante inquirido; a frequência das lexias mais comuns entre as áreas, as zonas e os pontos de pesquisa; o perfil do homem acreano, por meio da linguagem, no "fazer" e no "dizer" do mundo.

MÉTODO

O banco de dados foi coletado seguindo a vitalidade do método cartográfico de Gilliéron, ao entender que “o segredo da língua está encerrado no falar”. Utilizou-se, na recolha, dois modelos de questionários: um Geral e outro Específico. O primeiro, voltado para o homem e o meio físico social, história de vida, com 123 perguntas; o segundo, constituído de mil, duzentos e trinta e cinco perguntas, englobando três grandes Campos Semânticos:

A – NATUREZA – com duzentas e oitenta perguntas; B – HOMEM – com e cinqüenta e oito perguntas; C – TRABALHO – com 297 perguntas.

Estado do Acre foi delimitado em três Áreas, 9 Zonas de Pesquisa e 18 Pontos de Inquérito. Em cada Ponto foram inquiridos 18

informantes, em três faixas etárias, sexo masculino e feminino, totalizando 1.225 horas de gravação.

RESULTADOS

Reuniu-se, para a Tese de doutorado, material rico e amplo armazenado no Centro de Dialectologia, que conta, hoje, com 1.225 horas de entrevistas sobre a oralidade regional, com textos transcritos e informatizados. Organizou-se, ao todo, entre 1992 a 1998, 23 CADERNOS, com os seguintes títulos:

A LINGUAGEM FALADA NO VALE DO ACRE – Materiais para estudo, vol. I – 1995; A LINGUAGEM FALADA NO VALE DO ACRE – Materiais para estudo, vol. II – 1995; A LINGUAGEM FALADA NO VALE DO ACRE – Materiais para estudo, vol. III – 1995; A LINGUAGEM FALADA NO VALE DO JURUÁ – Materiais para estudo, vol. I – 1995; A LINGUAGEM FALADA NO VALE DO JURUÁ – Materiais para estudo, vol. II – 1995; A LINGUAGEM FALADA NO VALE DO JURUÁ – Materiais para estudo, vol. III – 1995; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE CRUZEIRO DO SUL – Materiais para estudo, vol. I – 1995; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE TARAUCÁ – Materiais para estudo, vol., II – 1995; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE FEIJÓ – Materiais para estudo, vol. III – 1995; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE RIO BRANCO – Materiais para estudo, vol. IV – 1996; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE XAPURI – Materiais para estudo, vol. V – 1996; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE PLÁCIDO DE CASTRO – Materiais para estudo – vol. VI – 1996; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE SENA MADUREIRA – Materiais para estudo, vol. VII – 1997; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE ASSIS BRASIL – Materiais para estudo, vol. VIII – 1997; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA DE MANOEL URBANO – Materiais para estudo, vol. IX – 1997; A LINGUAGEM NA ZONA DE RIO BRANCO: FORMA E FREQUÊNCIA – Materiais para estudo, vol. I-1998; LINGUAGEM NA ZONA DE PLÁCIDO DE CASTRO: FORMA E FREQUÊNCIA – Materiais para estudo, vol. II – 1998; A LINGUAGEM FALADA NA ZONA XAPURI: FORMA E FREQUÊNCIA – Materiais para estudo, vol. III – 1998.

Representação da produção dialectológica no Acre:

1985 – 1

1992 – 1

1995 – 7

1996 – 3

1997 – 3

1998 – 9

Trabalhos de bolsistas de Iniciação Científica:

1991/1992 – 5 trabalhos

1993/1994 – 5 trabalhos

1995/1996 – 10 trabalhos

1997/1998 – 10 trabalhos

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada no CEDAC é trabalho pioneiro na Amazônia e vem recebendo auxílio do CNPq, com a modalidade de bolsas de Iniciação Científica e Aperfeiçoamento. Possui um banco de dados significativo que vem despertando a atenção de pesquisadores de outras instituições, por ocasião de Congressos.

Depreende-se, do estudo, que o léxico geral ou individual do homem acreano, no exercício do fazer, distingue-se conforme a situação: formal, informal, familiar, comum, técnico. Parece haver nivelamento lingüístico e cultural, pois a diferenciação se presentifica em espaços geográficos, nos segmentos de faixa etária e, em especial, na região mais fronteira com a Bolívia.

Busca-se o apoio de agências de fomento para a socialização dos resultados da pesquisa à comunidade acreana, considerando que a natureza dessa investigação, na região amazônica, é importante para o desvendamento da cultura e conhecimento do homem do lugar.

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA
(PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959)

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria nº 52, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüistas de todo o País ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira,

RESOLVE

Art. 1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino;

Art. 2º - Aconselhar que entre em vigor:

a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;

b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91,¹ a partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

Clóvis Salgado

¹ "Artigo 91" é o nome pelo qual era conhecido o exame supletivo.

PRIMEIRA PARTE

FONÉTICA

I – A fonética pode ser: *descritiva, histórica e sintática*

II – *Fonemas: vogais, consoantes e semivogais*

1) Classificação das vogais

Classificam-se as *vogais*:

a) quanto à *zona de articulação*, em: *anteriores, médias e posteriores*

b) quanto ao *timbre*, em: *abertas, fechadas e reduzidas*

c) quanto ao *papel das cavidades bucal e nasal*, em: *orais e nasais*

d) quanto à *intensidade*, em: *átonas e tônicas*

2) Classificação das consoantes

Classificam-se as *consoantes*:

a) quanto ao *modo de articulação*, em: *oclusivas e constrictivas (fricativas, laterais e vibrantes)*

b) quanto ao *ponto de articulação*, em: *bilabiais, labiodentais, linguodentais, alveolares, palatais e velares*

III – [Encontros vocálicos e consonantais]

1) Ditongos

Classificam-se os *ditongos* em: *crescentes e decrescentes; orais e nasais*.

2) Tritongos

Classificam-se os *tritongos* em: *orais e nasais*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

3) Hiatos²

4) Encontros consonantais

IV – Sílabas

Classificam-se os vocábulos, quanto ao número de sílabas, em: *monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos*.

V – Tonicidade

1) *Acento: principal e secundário*³

2) *Sílabas: tônicas, subtônicas e átonas (pretônicas e postônicas)*

3) Quanto ao *acento tônico*, classificam-se os *vocábulos* em: *oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos*.

4) Classificam-se os *monossílabos* em: *átonos*⁴ e *tônicos*⁵

5) Rizotônico e arrizotônico

6) Ortoepia

7) Prosódia

² Os encontros *-ia, -ie, -io, -ua, -uo*, finais, átonos, seguidos ou não de *s*, classificam-se quer como ditongos, quer como hiatos, uma vez que ambas as emissões existem no domínio da língua portuguesa: *histó-ri-a* e *histó-ria*; *sé-ri-e* e *sé-rie*; *pá-ti-o* e *pá-tio*; *ár-du-a* e *ár-dua*; *tê-nu-e* e *tê-nue*; *vá-cu-o* e *vá-cuo*.

³ A partir da abolição do acento gráfico secundário, não se justifica a inclusão da subdivisão das sílabas tônicas na gramática básica da língua portuguesa. [JPS]

⁴ São *átonos* os vocábulos sem acentuação própria, isto é, os que não têm autonomia fonética, apresentando-se como sílabas átonas do vocábulo seguinte ou do vocábulo anterior.

⁵ São *tônicos* os vocábulos com acentuação própria, isto é, os que têm autonomia fonética.

Pode ocorrer que, conforme mantenha, ou não, sua autonomia fonética, o mesmo vocábulo seja átono numa frase, porém tônico em outra.

Tal pode acontecer, também, com vocábulos de mais de uma sílaba: serem átonos numa frase e tônicos em outra.

SEGUNDA PARTE

MORFOLOGIA

A *Morfologia* trata das palavras:

- a) quanto a sua estrutura e formação;
- b) quanto a suas flexões; e
- c) quanto a sua classificação.

A) Estrutura das palavras

1) *Raiz, radical, tema, afixo (prefixo e sufixo), desinência (nominal e verbal), vogal temática, vogal de ligação e consoante de ligação*

2) *Cognato*

B) Formação das palavras:

- 1) *Derivação e composição*
- 2) *Hibridismo*

C) *Flexão* das palavras:

Quanto a sua *flexão*, as palavras podem ser: *variáveis* e *invariáveis*.

D) Classificação das palavras: *substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

I – Substantivos

1) Classificam-se os *substantivos* em: *comuns*⁶ e *próprios*; *concretos* e *abstratos*

2) Formação do *substantivo*: *primitivo* e *derivado*; *simples* e *composto*

3) Flexão do *substantivo*:

a) *gênero*: *masculino*, *feminino*, *epiceno*, *comum de dois gêneros* e *sobrecomum*

b) *número*: *singular* e *plural*

c) *grau*:⁷ *aumentativo* e *diminutivo*

II – Artigo

1) Classificação do *artigo*: *definido* e *indefinido*

2) Flexão do *artigo*:

a) *gênero*: *masculino* e *feminino*

b) *número*: *singular* e *plural*

III – Adjetivo

1) Formação do *adjetivo*: *primitivo* e *derivado*; *simples* e *composto*

2) Flexão do *adjetivo*:

a) *gênero*: *masculino* e *feminino*

b) *número*: *singular* e *plural*

c) *grau*⁸

⁶ Entre os *comuns* mencionem-se, especialmente, os *coletivos*.

⁷ Parece-nos que a inexistência de flexão de grau na língua portuguesa é reconhecida como um fato irrefutável. [JPS]

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- *comparativo*: de igualdade, de superioridade (*analítico e sintético*) e de inferioridade
- *superlativo*: relativo (de superioridade e de inferioridade) e absoluto (*analítico e sintético*)

3) Locução adjetiva

IV – Numeral

1) Classificação do numeral: *cardinal, ordinal, multiplicativo e fracionário*

2) Flexão do numeral:

a) gênero: *masculino e feminino*

b) número: *singular e plural*

V – Pronome

1) Classificação do pronome:⁹ *pessoal [reto, oblíquo (reflexivo e não reflexivo) e de tratamento], possessivo, demonstrativo, indefinido, interrogativo, relativo*

2) Flexão do pronome:

a) gênero: *masculino e feminino*

b) número: *singular e plural*

c) pessoa: *primeira, segunda e terceira*

3) Locução pronominal

⁸ Deve ser reconsiderado o conceito de grau como flexão, tanto do adjetivo, quanto do substantivo e do advérbio. [JPS]

⁹ Os que fazem as vezes de substantivo chamam-se *pronomes substantivos*; os que acompanham o substantivo, *pronomes adjetivos*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VI – Verbo

1) Classificação do verbo: *regular, irregular, anômalo, defectivo, abundante e auxiliar*

2) Conjugações:

Três são as *conjugações*:

a 1ª com o tema terminado em *a*

a 2ª com o tema terminado em *e*¹⁰

a 3ª com o tema terminado em *i*

3) Formação do verbo: *primitivo e derivado; simples e composto*

4) Flexão verbal

a) *modo: indicativo, subjuntivo e imperativo*

b) *formas nominais do verbo: infinitivo [pessoal (flexionado e não flexionado) e impessoal], gerúndio e participio*

c) *tempo: presente, pretérito [imperfeito, perfeito (simples e composto), mais-que-perfeito (simples e composto)], futuro [do presente (simples e composto) e do pretérito (simples e composto)]¹¹*

d) *número: singular e plural*

e) *pessoa: primeira, segunda, terceira*

f) *voz: ativa, passiva (com auxiliar e com pronome apassivador) e reflexiva*

5) Locução verbal

¹⁰ O verbo *pôr* (e os dele formados) constitui anomalia da 2ª conjugação.

¹¹ A denominação *futuro do pretérito (simples e composto)* substitui a de *condicional (simples e composto)*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VII – Advérbio¹²

1) Classificação do *advérbio*:¹³

a) de *lugar*, de *tempo*, de *modo*, de *negação*, de *dúvida*, de *intensidade*, de *afirmação*

b) *advérbios interrogativos*: de *lugar*, de *tempo*, de *modo* e de *causa*

2) Flexão do *advérbio*:

a) *grau comparativo* (de *igualdade*, de *superioridade*, de *inferioridade*)

b) *superlativo* [*absoluto (sintético e analítico)* e *relativo*]

c) *diminutivo*

3) Locução adverbial

VIII – Preposição

1) Classificação das *preposições*: *essenciais* e *acidentais*

2) Combinação

3) Contração

4) Locução prepositiva

IX – Conjunção

1) Classificação das *conjunções*:¹⁴ *coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas)* e *subordinativas (integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais,*

¹² Podem alguns advérbios estar modificando toda a oração.

¹³ Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios, terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação, retificação, realce, afetividade etc.

¹⁴ As conjunções *que*, *porque* e equivalentes, ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chamam-se *explicativas*; no segundo, *causais*.

consecutivas, finais, temporais, proporcionais e conformativas)

2) Locução conjuntiva

X – Interjeição

Locução interjeitiva

XI –

1) Palavra

2) Vocábulo

3) Sincretismo. Sincrético

4) Forma variante

5) Conectivo

TERCEIRA PARTE

SINTAXE

A) Divisão da *sintaxe*:

a) de *concordância: nominal e verbal*

b) de *regência: nominal e verbal*

c) de *colocação*¹⁵

B) Análise Sintática

– Da *oração*

1) *Termos essenciais* da *oração: sujeito e predicado*

a) *sujeito: simples, composto, indeterminado, oração sem su-*

¹⁵ Na colocação dos *pronomes obliquos átonos*, adotem-se as denominações de *próclise*, *mesóclise* e *ênclise*.

jeito

b) *predicado: nominal, verbal, verbo-nominal*

c) *predicativo: do sujeito e do objeto*

d) *Predicação verbal: verbo de ligação,¹⁶ verbo intransitivo, verbo transitivo direto e verbo transitivo indireto¹⁷*

2) *Termos integrantes da oração: complemento nominal, complemento verbal (objeto direto e objeto indireto) e agente da passiva*

3) *Termos acessórios da oração: adjunto adnominal, adjunto adverbial e aposto*

4) *Vocativo*

– *Do período:*

1) *Tipos de período: simples e composto*

2) *Composição do período: coordenação e subordinação*

3) *Classificação das orações:*

a) *absoluta*

b) *principal*

c) *coordenada¹⁸ assindética e sindética (aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva e explicativa)*

d) *subordinada¹⁹ substantiva [subjetiva, objetiva (direta e in-*

¹⁶ Aurélio Buarque de Holanda usou a denominação de *verbo predicativo* no seu *Novo Dicionário Aurélio*. [JPS]

¹⁷ Na mesma obra, usou-se a classificação de *transitivo direto e indireto* (correspondente ao já tradicional *transitivo relativo*), usando-se, a conselho de Rocha Lima, a denominação de *transitivo circunstancial* para os verbos *ir, vir* e alguns outros, não considerados como intransitivos. [JPS]

¹⁸ As *coordenadas* entre si podem estar quer *principais*, quer *independentes*, quer *subordinadas* (*desenvolvidas* ou *reduzidas*).

¹⁹ As *orações subordinadas* podem apresentar-se, também, com os verbos numa de suas *formas nominais*; chamam-se, neste caso, *reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de participio*, as

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

direta), completiva-nominal, predicativa e apositiva], adjetiva (restritiva e explicativa) e adverbial (causal, comparativa, consecutiva, concessiva, condicional, conformativa, final, proporcional e temporal)

APÊNDICE

I – FIGURAS DE SINTAXE: anacoluto, elipse, pleonasmo e silepse

II – GRAMÁTICA HISTÓRICA: aférese, altura (som), analogia, apócope, assimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), consonantismo, consonantização, convergente, crase, desnasalização, despalatalização, dissimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), ditongação, divergente, elisão, empréstimo, epêntese, etimologia, haplologia, hiperbibasmo, intensidade (som), metátese, nasalização, neologismo, palatalização, paragoge, patronímico, prótese, síncope, sonorização, substrato, superstrato, vocalismo, vocalização.

III – ORTOGRAFIA: abreviatura, alfabeto, dígrafo, homógrafo, homófono, letra (maiúscula e minúscula), notações léxicas [acento (grave, agudo, circunflexo), apóstrofo, cedilha, hífen, til, tremal], sigla

IV – PONTUAÇÃO: aspas, asterisco, colchetes, dois-pontos, parágrafo (§), parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgual, ponto-final, reticências, travessão, vírgula

V – SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS: antônimo, homônimo, sinônimo, sentido figurado

VI – VÍCIOS DE LINGUAGEM: barbarismo, cacofonia, preciosismo e solecismo.

quais se classificam como as desenvolvidas: *substantivas (subjativas etc.), adjetivas, adverbiais (temporais etc.)*.

O FALAR REPOUSADO DE PERNAMBUCO

Salatiel Ferreira Rodrigues

O trabalho que ora apresentamos não resultou efetivamente de uma pesquisa, mas de ligeiro contato que casualmente tivemos com os falantes da comunidade de Belém do São Francisco, em Pernambuco, à margem esquerda do rio. Estávamos à procura de um tio, pescador de profissão, que não víamos havia anos. As pessoas a quem nos dirigimos com perguntas sobre onde encontrar o pescador Manuel nos responderam em uma linguagem rica em características peculiares. De início chegamos a pensar que se tratava de uma brincadeira de cunho lingüístico quando alguém quis saber: “Quale ele o Manuele?” Novas ocorrências da mesma realização do /l/, no entanto, convenceram-nos da existência local desse registro. Foi a partir daí que passamos a anotar em cima do joelho as propriedades da língua belenense. Os sons vocálicos bem marcados, como em istabelle-cê, o desenvolvimento de uma vogal na estrutura da palavra, como em Siliveira (por Silveira), fez-nos pensar no “falar repousado” a que aludiu Fernão de Oliveira.

Uma vez que conversamos mais freqüentemente com pessoas simples do campo e da pesca, a terminologia aqui levantada está mais especificamente na boca desses grupos de falantes, se bem que termos com realização semelhante puderam ser colhidos na cidade.

NOMES PRÓPRIOS

| | | |
|------------|---|-------------|
| Barandão | → | Brandão |
| Fabiliço | → | Fabrcício |
| Fuluripa | → | Floripes |
| Jordião | → | Jordão |
| Piripituba | → | Pirpirituba |
| Quelemente | → | Clemente |
| Siliveira | → | Silveira |

Simpiliço → Simplício

PRÓTESE (Adição de letra ou sílaba no início da palavra)

| | | |
|--------------|---|---------------------------------------|
| abuzinar | → | buzinar |
| adalia | → | dália |
| adispois | → | depois |
| alambu | → | nhambu |
| amagoado | → | magoado |
| amisturar | → | misturar |
| amisturado | → | misturado |
| aprantar | → | plantar |
| apressiguir | → | perseguir |
| apressiguido | → | perseguido |
| arrecair | → | recair |
| arrecáida | → | recaída |
| arrecordar | → | recordar |
| arrecuar | → | recuar |
| arrecuado | → | recuado |
| arrecuperar | → | recuperar |
| arrecuperado | → | recuperado |
| arrejeitar | → | rejeitar (variação não dicionarizada) |
| arremanchar | → | remanchar |
| arremediar | → | remediar |
| arremediado | → | remediado |
| arremuer | → | remoer |
| arremuído | → | remoído |

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

| | | |
|--------------------|---|-----------------------------|
| arreprantar | → | replantar |
| arrepranta | → | replanta |
| arrepuguinar | → | repugnar |
| arrequerer | → | requerer |
| arresorver | → | resolver |
| arresorvido | → | resolvido |
| arrespeitar | → | respeitar |
| arreunir | → | reunir |
| arreunido | → | reunido |
| arricuiê (arricói) | → | recolher |
| arricuido | → | recolhido |
| arruminar | → | ruminar |
| assituar | → | situar |
| assituado | → | situado |
| assonhar | → | sonhar |
| assubir | → | subir |
| assuceder | → | suceder |
| assujeitar | → | sujeitar |
| assupor | → | supor |
| assuspeitar | → | suspeitar |
| avoadeira | → | avoante (não dicionarizado) |
| avoador | → | piloto |
| inhantes | → | antes |
| inhonde | → | onde |

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EPÊNTESE (desenvolvimento de fonema no meio da palavra)

| | | |
|-----------|---|--------------------|
| afitosa | → | aftosa |
| aparagata | → | alpargata |
| caracará | → | carcará |
| caraúna | → | craúna |
| fulô | → | flor |
| furadinho | → | fradinho |
| latra | → | lata |
| paricero | → | parceiro |
| porocotó | → | procotó (barbeiro) |
| terém | → | trem |
| tiriscar | → | triscar |

PARAGOGE (Adição de letra ou sílaba no fim)

| | | |
|-----------|---|--------|
| quale | → | qual |
| ele | → | é |
| o Manuele | → | Manoel |
| sole | → | sol |
| male | → | mal |

TERMOS COM OU SEM A INICIAL

(PREFEREM COM A)

| | | |
|-----------|---|----------|
| ajuntar | → | juntar |
| alevantar | → | levantar |
| alembrar | → | lembrar |

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

| | | |
|------------|---|-----------|
| alimpar | → | limpar |
| amulestar | → | molestar |
| amulestado | → | molestado |
| amuntar | → | montar |
| arrebentar | → | rebentar |
| arreçar | → | reçar |
| arreceio | → | receio |
| arrecife | → | recife |
| arrondear | → | rodear |
| arrudeio | → | rodeio |
| assossegar | → | sossegar |
| assussego | → | sossego |
| avexar | → | vexar |
| avoar | → | voar |

SUPRESSÃO DE SOM OU SÍLABA

AFÉRESE (no início)

| | | |
|---------|---|------------|
| Bidon | → | Abdon |
| borná | → | embornal |
| Bastião | → | Sembastião |

SÍNCOPE (no interior)

| | | |
|---------|---|------------------|
| pode | → | podre |
| fiote | → | filhote (chulo?) |
| fejão | → | feijão |
| istambo | → | estomago |

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pripiri, pirpiri → piripiri

APÓCOPE (no fim)

borná → embornal

Euripe → Eurípedes

feme → fêmea

figo → fígado

fia → filha

fiy → filho

frei → freio

fucim → docinho

triy → trilho

CONSTRUÇÕES CURIOSAS

Quale ele o Manuele?

O boi vai pulo try do outo

Nist'hurinha

Cuma?

tumati

pissuir . pissói

podruzir

alouquicer

caruá, crauá, carauá → caroá

craúna, caraúna → graúna

chegança → chegada (conservadorismo)

istambo → estômago

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

| | | |
|-------------------|---|--|
| Euripe | → | Eurípedes |
| feivura, fivura | → | fervura |
| feiver | → | ferver |
| festefança | → | festança (festejança não é dicio- [narizado]) |
| fuimiga | → | furmiga |
| fibrone | → | fibroma |
| fogo-pagu | → | fogo-pagou |
| frande | → | flandres (ferro estanhado) |
| istabalecer | → | estabelecer |
| naigada | → | de <i>narigada</i> por <i>nalgada</i> (pitada) |
| nembrança | → | lembrança |
| rumbora | → | vamos em boa hora |
| sumana | → | semana |
| piripiri, pirpiri | → | piripiri (do Tupi piri = junco) |

**O INFINITIVO LATINO
EM FACE AO INFINITIVO PORTUGUÊS:
ASPECTOS EVOLUTIVOS**

Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira (UCSal/UNEB/UNIFACS)

I – O INFINITIVO LATINO

“*O infinitivo é uma conquista da abstração*” (Breal)²⁰

1. Caracterização

Infinitivo é o modo impessoal do verbo, ou seja, o modo que relata a ação verbal sem flexionar-se nas diferentes pessoas gramaticais. Abra-se exceção, porém, para algumas línguas, como o leonês e o napolitano que, no passado, possuíram um If flexionado, e para o português que, ao lado de uma forma impessoal, possui, como uma peculiaridade sua entre as línguas românicas, outra, pessoal, flexionada.

Antigo substantivo, o If latino é uma forma impessoal do sistema do *Infectum*, participando, ao mesmo tempo, da natureza do verbo e do nome. É, pois, um substantivo verbal ou uma forma verbo-nominal. Seu caráter nominal – atua como sujeito, objeto direto e predicativo, equivalendo, portanto, ao nom. ou ac. –, é ressaltado em expressões em que ele vem determinado por certos dos tipos pronomes possessivos, demonstrativos ou indefinidos. Como verbo, possui diferentes tempos (Pr, Pt e Ft), é utilizado nas vozes ativa e passiva e, em determinadas situações, admite sujeito.

2. Morfologia

Como já se disse, o If latino possuía formas distintas para as vozes ativa e passiva, nos tempos Pr, Pt e Ft. Nestes últimos, seu uso era pouco comum, principalmente no latim tardio, e não foi conservado nas línguas românicas. O IfPr era usado com maior frequência, tanto na língua culta quanto na cotidiana, substituindo até outras formas verbo-nominais, como o Sp, o Gd e o Gv que, no latim clás-

²⁰ Apud Ribeiro (1983:249).

sico, servia como casos oblíquos do If.

Segundo Faria (1995), em ambas as vozes, o IfPr era constituído por antigas desinências casuais e marcado pelo sufixo -se, que aparece intacto no IfPr do verbo *sum* (esse = ser) e na formação do *Perfectum* (como em *amavisse*). Por um rotacismo, esse sufixo teria se transformado em -re.

Em se tratando de uma formação própria do latim, não se pode afirmar indubitavelmente a sua origem. Pode-se considerá-lo uma antiga desinência de locativo singular da 3ª declinação ou, talvez, um antigo abl. instrumental. Por sua vez, os If passivos em -(r)i podem ser considerados dat. ou simplesmente refeitos do If ativo em -re.

Formado do radical do *Infectum*, o IfPr divide os verbos latinos em grupos mórficos denominados conjugações: na voz ativa, a primeira tem tema em -a, If em -are (*tentare*); a segunda, em -e, If em -ere (*debere*); a terceira, em -ë, If em -ëre (*scribere*); e a quarta, em -i, If em -ire (*audire*). Na passiva, conservado o tema, transforma-se o sufixo -re em -ri em todas as conjugações (*sectari*, *deleri*, *audiri*), exceto na 3ª, que desenvolve o alomorfe -i (*loqui*).

Com o radical do *Perfectum* e o sufixo -isse forma-se o IfPt da voz ativa (*petransisse*). Na passiva, a construção é analítica: acrescenta-se ao PaPt neutro da forma verbal o IfPr do verbo *sum* (*laudatum esse*).

O IfFt ativo é provavelmente formado do participio em -to mais o sufixo -ro, donde as formas em -URUM, -URAM, -URUM, todas acusativas, note-se (*laudaturu(a)m esse*). Embora compostas, as formas passivas, estereotipadas e de raríssimo uso, são invariáveis. Formam-se com o tema do supino acrescido de -UM e da forma *iri* (*laudatum iri*).

Resumindo, as desinências do If latino, nos seus três tempos, quatro conjugações e duas vozes são as seguintes:

| Conju- gações | Tema do... | | | | | |
|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|-----------|------------------|
| | Infectum | | Perfectum | | Supino | |
| | Presente | | Pretérito | | Futuro | |
| | voz ativa | voz pas- siva | voz ativa | Voz pas- siva | Voz ativa | voz pas- siva |
| 1ª | -are | -ari | | | | |

| | | | | | | |
|----|------|------|-------|-----------------|--------------------|-----------|
| 2ª | -ere | -eri | -isse | -um + es- se | -uru(a)m + esse | -um + iri |
| 3ª | -ëre | -ëri | | | | |
| 4ª | -ire | -iri | | | | |

3. Sintaxe

Com suas características verbo-nominais, o If atua na oração como nom. ou ac. e flexiona-se em tempo e voz, podendo até, como no caso de algumas línguas românicas, notadamente, o português, receber desinência pessoal. Além disso, em latim, aparece nas chamadas orações infinitivas, com sujeito próprio no ac. ou com o mesmo sujeito da oração principal.

O If latino conserva a regência imanente ao verbo. Assim, pode apresentar-se intransitivo (“*Non arbitor hunc Angelum de minoribus esse...*” = “Não concebo que este anjo *seja* da mais ínfima das legiões dos espíritos celestiais”), transitivo (“*Qui noverit sugere mel de petra olumque...*” = “... ..”) ou de ligação (“*a Nazareth potest aliquid boni esse*” = “Vejamos se de Nazaré pode sair algo bom”).

Numa oração independente, aparece em narrações, sendo denominado *infinitivo histórico* (“*Deus respondere dignatur...*” = Deus dignou-se a responder:...), ocasião em que, muitas vezes, substitui o IdPt1 (“... *de quibus gloriari solebant et dicere*” = de que tanto se orgulhavam e proclamavam), com que também se alterna no mesmo período (“*Dei quippe virtutem Christum quem melius nuntiare decebat*” = quem poderia anunciar-lhe mais dignamente...).

Pode também apresentar-se como: um sujeito absoluto, em sua acepção mais geral, com a noção nominal reforçada (“...*non solum videre et audire, sed etiam portare, amplecti, deosculari, nutrire et custodire...*” = “...não só ver e ouvir, como também levar, conduzir, abraçar, beijar, nutrir e cuidar...”); complemento de outro verbo, aproveitando o mesmo sujeito já expresso (“...*quia Virginem natura pavidam, simplicem, verecundam confortare deberet*” = “...porque teve de fortalecer a uma virgem tímida, humilde e pudorosa”). Pode, ainda, possuir um sujeito próprio sempre no ac., o que configura a oração infinitiva, (“*Scribere me*²¹ *aliquid et devotio iubet*” = “Já faz

²¹ Sujeito acusativo.

tempo que a devoção vem impulsionando-me a escrever algo”), acompanhado ou não de um predicativo, também no ac. (“*voluit itaque esse Virginem*²²...” = “por isso quis ser [Maria] virgem”).

Além disso, há o uso de um *infinitivo exclamativo*, acompanhado ou não da enclítica *ne*, para exprimir admiração ou surpresa. Seu sujeito é sempre um ac. (“*Disce, homo, obædire; disce, terra, subdi; disce, pulvis, obtemperare.*” = “Aprende, pois, homem, a obedecer; aprende, terra, a submeter-te; aprende, povo, a sujeitar-te.”).

No latim clássico há registros, embora raros, de um *infinitivo de determinação*, conforme nomenclatura da gramática grega, que consistia numa forma dependente de um Pa adjetivado. Na poesia e na prosa imperiais, porém, esse uso generalizou-se para outras classes de adjetivos, principalmente para os que significam hábil, capaz, bom, fácil, etc. (“*Certe non erit tibi indignum sequi Auctorem tuum*” = Certamente para ti não será indigno seguir o teu Criador).

No latim arcaico aparece frequentemente, por importação da sintaxe grega, um If indicativo de finalidade em substituição ao Sp. Embora a prosa clássica tenha reduzido o seu emprego a duas locuções familiares (*dare bibere* e *ministrare bibere*), no nosso *corpus*, constituído de textos religiosos latinos da época do Medievo, pudemos encontrá-lo em outras expressões (“*Bonus est nos hic esse, et libet dulciter contemplari in silentio...*” = “É bom estarmos aqui para contemplar prazerosamente e em silêncio”).

3.1 As orações infinitivas latinas

Idiossincrasia sintática latina, as *orações infinitivas* são subordinadas substantivas que desempenham as funções de sujeito ou de complemento da oração principal, podendo ter sujeito próprio, sempre acusativo, ou apresentar-se sem o sujeito explícito, por ser o mesmo da oração principal.

Em latim, quando o verbo da oração principal indica declaração (*verba declarandi*) ou conhecimento (*verba sapienti*), só é possível a construção da subordinada com If, nunca com a conjunção in-

²² Predicativo no acusativo.

tegrante, como em português. Nesse caso, o sujeito é sempre ac. e, se o verbo for de ligação, o predicativo do sujeito também o será. É também devido ao uso do sujeito no ac. que o IFFt é formado pelo Pa do verbo no ac.

O predicativo de um sujeito dat. omitido na oração infinitiva e expresso na principal concorda em caso com ele. Esta construção é usual, sobretudo na prosa clássica, com o verbo *licet*.

Em relação, ainda, à presença do ac. em orações infinitivas, convém anotar a existência de uma construção de *iubere* com esse tipo oracional (“*Scribere me aliquid et devotio iubet*” = “Já faz tempo que a devoção vem impulsionando-me a escrever algo”), atestada em documentos desde o período pré-clássico até o latim tardio, segundo Vaananen ([s.d]).

As orações infinitivas subjetivas são empregadas principalmente com os verbos impessoais e grande número de expressões impessoais, como *decet*, *delectat*, *invat*, principalmente no latim arcaico e na poesia, sendo mais raras na época imperial.

As objetivas são construídas a partir de: *verba declarandi* (verbos declarativos: *declaro*, *dico*, etc.), *verba sentiendi* (verbos perceptivos: *audio*, etc.), *verba voluntatis* (verbos volitivos: *voluit*, *nuntio*, etc.) e *verba affectum* (verbos que exprimem sentimentos: *nego*, *confiteor*, etc.).

As orações infinitivas completivas, introduzidas por *verba discendi*, *verba declarandi*, *verba timenendi* e *verba impersonalia* (verbos impessoais), freqüentemente se alternam com outras completivas, de construção *ut* + subjuntivo, pelo fato de serem, em princípio, semanticamente equivalentes.

4. Mudanças gerais do infinitivo latino nas línguas românicas

Na passagem do latim para as línguas românicas, não sofreu o If marcantes modificações morfológicas ou sintáticas. Entretanto, vale notar o If pessoal, flexionado, típico da língua portuguesa. Além disso, as línguas românicas conservaram apenas o IfPr, tendo desaparecido os demais.

Conservou o If as funções subjetiva e objetiva em todas as línguas românicas. Já o gen., expresso em latim pelo Gd, nas línguas românicas, expressa-se pela construção *de + If*. Também o abl. e o ac. preposicionado do Gd transformaram-se em construções tipo preposição + If.

Vidos (1996) nota a substituição do If pelo Sb como um dos traços característicos de uma área específica da România, a Península Balcânica. De acordo com esse autor, “na realidade, o infinitivo com função verbal já quase não existe e inclusive, na língua romena literária é substituído, salvo em alguns casos especiais, pelo subjuntivo”.

Ao contrário do latim clássico, no latim vulgar não havia a noção do tempo Ft, mas o emprego do Pr como tal, caso não houvesse motivação modal específica para levar o falante a outro uso. Em grande parte da România, a combinação do If perfeito com o IdPr do verbo *habere* estabeleceu uma locução volitiva, focalizando, do Pr, a vontade de que algo se desse (futuro do presente) ou um momento pretérito (futuro do pretérito). Firmaram-se essas motivações no latim vulgar como um futuro modal, refinado, ao longo da evolução, em um futuro temporal nas línguas românicas, onde são formalmente não marcadas, mas a rigor de aspecto imperfeito. No tocante à forma, por exemplo, na evolução para o português, houve a aglutinação dos dois vocábulos e uma violenta redução fonética das formas do auxiliar: *cantare habeo* > *cantare aeo* > *cantaraio* > *cantarei*; *cantare habebam* > *cantare aea* > *cantaraia* > *cantaria*.

Lausberg (1981) afirma ser possível a finitização do If mediante a anteposição ao If do pronome de sujeito completo ou do substantivo com função de sujeito nas línguas catalã, espanhola arcaica e portuguesa. Em espanhol moderno isto também ocorre por meio de uma posposição. Em português, este tipo de finitização é empregado na nas 1ª e 3ª pessoas como forma supletiva para o If pessoal.

II – O INFINITIVO EM PORTUGUÊS

O infinitivo flexionado é o mais importante idiomatismo da língua portuguesa”.

Chaves de Melo (1957, p. 154)

1. Generalidades

Do sistema infinitivo latino, conservou o português apenas o IfPr, forma de aspecto inconcluso de uso sincrónico em construções perifrásticas (como, por exemplo, ‘vou sair’, ‘continuam a levar’, etc.) e em locuções verbais (como, por exemplo, ‘quero sair’, ‘fazemos tenção de sair’, etc.).

Das quatro conjugações latinas conservou o português apenas três, desaparecendo a 3ª, cujos verbos foram incorporados à 2ª e alguns à 4ª. Isto se deu, sobretudo, devido à mudança da quantidade vocálica da penúltima sílaba, que passou de breve a longa. Assim, por exemplo, o verbo latino *sapĕre* > lt. vg. *sapere* > port. ‘saber’. Desta forma, ficou para nós a correspondência da terminação do IfPr que identifica as conjugações:

| Latim | | > | português | | Exemplo |
|-------------|-------------|---|-------------|-------------|----------------------------|
| Conju-gação | Termi-nação | | Termi-nação | conju-gação | |
| 1ª | Are | | ar | 1ª | <i>Ennarare</i> > narrar |
| 2ª | Ere | | er | 2ª | <i>debere</i> > dever |
| 3ª | Ēre | | | | <i>Scribĕre</i> > escrever |
| 4ª | Ire | | ir | 3ª | <i>audire</i> > ouvir |

Ao lado da forma simples, possui o If português uma forma composta pelos verbos auxiliares *ter* ou *haver* no If mais o Pa do verbo principal (*ter* escrito), que exprime uma ação de aspecto conclusivo.

Quanto às funções inerentes ao substantivo assumidas pelo If latino, tem o português o mesmo comportamento: encontra-se o If português assumindo na oração os papéis de sujeito, objeto direto ou predicativo; do mesmo modo, há em português as orações infinitivas, chamadas reduzidas de If pela nomenclatura gramatical.

Como oração independente, pode ter o If valor de imperativo ou de optativo, evocando como substantivo o processo que quer ver realizado, como nos seguintes exemplos: “Não furtar”; “Ser palmeira! Existir num píncaro azulado,/vendo as nuvens mais perto e as estrelas em bando!” (Oliveira, *Poesias*, I, 263, *apud* Câmara Jr. 1986:146).

Ocorre ainda em português um latinismo sintático representa-

do pelo *sujeito acusativo*, ou seja, o If com sujeito constituído de um pronome pessoal oblíquo da série átona, como na frase “Mardoqueu se deixou conduzir pela vaidade”.

Segundo Ali (1964), ao If preposicionado transferiram-se as funções exercidas por certas formas infinitas do verbo latino que foram desaparecendo, não chegando ao introduzir-se nas línguas românicas. Assim, por exemplo, o supino em -UM, que denotava direção ou finalidade, foi substituído pelo If antecedido da preposição *a*.

Esse mesmo autor aponta a possibilidade do uso de uma construção de If com os verbos que significam *mostrar*, *pensar* e *declarar* como equivalente da oração complementar explícita.

Também o supino em -U, que se empregava como dat. e depois como abl. de um substantivo verbal (principalmente com os que significavam *dizer*, *perceber*) e se combinava com certos adjetivos e denotava direção, delimitação, foi substituído pelo If já no próprio sistema latino e corresponde, em português, ao If ora precedido de *a* ou *para*, ora precedido de *de*.

Combinado com certos adjetivos ou com o verbo *ser* ou *estar*, o If preposicionado pode ter um sentido passivo, correspondendo umas vezes ao supino em -U, outras ao gerúndio latino. Com o adjetivo *digno*, utiliza-se o If nas formas ativa, passiva e reflexiva.

Também o Gd em acusativo foi eliminado em favor do If com o qual fazia duplo papel. No caso genitivo, sofreu o resultado da evolução que levou a substituição do genitivo nos nomes pelo acusativo com a preposição *de* mais If. Do Gd, portanto, só sobreviveu o ablativo.

Passaremos agora a tratar da “mais notável aquisição do português”, segundo Cornu (*apud* Coutinho 1968), que o opõe em face às demais línguas românicas, o *infinitivo flexionado*. Antes, porém, de iniciar essa exposição, faz-se necessário distinguir esse idiomatismo português – um If dotado de desinências número-pessoais –, do que se entende por *infinitivo pessoal* – o referido a um sujeito, a uma pessoa do discurso.

Como substantivo verbal, só caberiam ao If flexões nominais de gênero, número e caso, como ocorre com o Gd. Como possui a

particularidade de poder referir a ação a um sujeito determinado e expressar este fato por meio de desinências pessoais, o If flexionado português é, portanto, uma forma verbo-nominal *sui generis*. Seus SNPs são os seguintes: Ø para P1,3; -es para a P2, -mos, -des e -em para as P4, P5 e P6, respectivamente.

2. O infinitivo flexionado

No campo da morfologia, considera-se o If flexionado um dos traços mais típicos do português, embora haja registros de seu uso, por exemplo, em alguns dialetos italianos meridionais, no espanhol arcaico, no leonês ducentista, no mirandês e no galego.

Seu uso em ambiente lusitano é antiqüíssimo, remontando a um texto do século X escrito em latim bárbaro. Além disso, pode ser atestado em galego-português e em português arcaico, nos *Livros de Linhagem* e nos cancioneiros:

“Enviava-as (as donzelas) para seerem sempre em servidon”.
(Cancioneiro da Ajuda). (...)

Se uu cavaleiro vee dous e mui boôs justarem-se...’ (Demanda do Santo Graal). (*apud* Kürner 1984, p. 161).

Essa antigüidade, contudo, é maior do ponto de vista formal do que do ponto de vista sintático, ou seja, sintaticamente é o If flexionado uma inovação. Assim, conforme ressalta Vidos (1996, p. 356), “só numa perspectiva diacrônica se torna claro que o português conservou e ampliou um fenômeno morfossintático que se encontrava também noutros territórios românicos e não-românicos (húngaro, por exemplo), enquanto o espanhol que possuía o mesmo fenômeno em sua época antiga, hoje o eliminou”.

Existem várias teses explicativas da origem do If flexionado. Uma delas, defendida por Werneck (1885), sugere que ele provenha do SbPt1 latino, com o qual praticamente coincide. Apóia esta idéia o fato de o SbPt3 latino ter gradativamente assumido a função de SbPt1, o que o teria levado a transformar-se ou desaparecer. Acredita Werneck que ele se tenha transformado no If flexionado. Elia (1979) ressalta que o SbPt1 conservou-se no português até o século XVI. A passagem do sentido do SbPt1 ao do IfPr teria sido ocasionada atra-

vés da construção com elipse da conjunção.

Michaelis Vasconcelos (1891), defendeu a tese *criadora*, pela qual o pronome dialetal *mos* (por nos), usado com o If, fora sentido como marca de flexão verbal, servindo de ponto de partida para as outras formações pessoais.

Leite de Vasconcelos (1900) desenvolveu a teoria *analógica*, pela a qual o ponto de partida do If flexionado é o emprego do If pessoal, apoiado sobre a influência analógica do SbFt.

Gramisllscheg (1913) reafirmou a doutrina de Werneck. Dessa mesma época é o trabalho de José Maria Rodrigues, que convergiu para a mesma solução, exercendo tal influência nos romanistas que até mesmo Carolina de Michaelis abandonou sua própria teoria.

Mauer Jr. (1951) retomou a tese de Leite de Vasconcelos e forneceu inúmeros argumentos contra a de Werneck. Apesar da seriedade de suas pesquisas e conclusões, a discussão ainda não se concluiu, pois, ao lado de seus argumentos, persiste, forte, a teoria Gramisllscheg-Rodrigues, aceita por boa parte dos filólogos, pela qual o If flexionado, longe de ser uma criação vernácula, representa a continuidade lingüística do latim coloquial:

| latim clássico | latim coloquial | português |
|-----------------|-----------------|-----------|
| <i>amarem</i> | <i>Amare</i> | amar |
| <i>amares</i> | <i>Amares</i> | amares |
| <i>amaret</i> | <i>Amare</i> | amar |
| <i>Amaremus</i> | <i>Amaremos</i> | amarmos |
| <i>amaretis</i> | <i>Amaretis</i> | amaredes |
| <i>amarent</i> | <i>Amaren</i> | amarem |

Sincronicamente, são poucos os casos em que a tradição gramatical imputa caráter obrigatório o emprego das formas flexionadas: só quando o If tem sujeito explícito ou quando há uma necessidade de, por meio da flexão, evidenciar-se com maior clareza a pessoa do verbo.

III – CONCLUSÕES

Neste trabalho, procuramos proceder um estudo da evolução do If latino para o português. Pudemos concluir que há três traços

fundamentais que diferenciam o If português em face ao latino:

- 1) a redução do quadro para três conjugações;
- 2) a inexistência da flexão em tempos pretérito e futuro, substituídos por outras formas verbais; e
- 3) a mais marcante, por ser um idiomatismo do português, a existência de um If flexionado.

Além disso, pudemos notar a conservação em português de alguns latinismos sintáticos referentes ao If, como o emprego das chamadas orações infinitivas e o uso de um sujeito acusativo.

Pesquisas posteriores certamente revelarão outras informações não só sobre a evolução das formas infinitivas para o português, como também de outras formas verbo-nominais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

———. *História da língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e gramática*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 145-7.

———. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *Iniciação à filologia portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 6ª ed./ver. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

ELIA, Silvío. *Preparação à Lingüística Românica*. 2ªed./rev./amp. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. 2ª ed. Brasília: FAE, 1995.

KÜRNER, Karl Hermann. Infinitivo flexionado e classificação das línguas. In: José G. Herculano de Carvalho & Jürgen Schmidt-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Radefeldt (orgs.). *Estudos de lingüística portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, p. 157-71.

LAUSBERG, Heinrick. *Lingüística românica*. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.

MAUER JR., Theodoro. A significação do emprego do infinitivo flexionado português para a solução do problema de sua origem. *Anais do primeiro simpósio de filologia românica*. Rio de Janeiro: MEC/UB, 1970, p. 213-22.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.

VAANANEN, Veikko. *Introducción al latín vulgar*. Madrid: Gredos, [s.d.].

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de Lingüística Românica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1961.

OBSERVAÇÕES SOBRE MOVIMENTO

Nataniel dos Santos Gomes
(CiFEFiL/UFRJ/UNAM/UniverCidade/UNESA)

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é de fazer algumas observações sobre *Movimento*, que parecer algo por demais etéreo para a maioria dos estudantes. Queremos dar explicações que possam ajudar no entendimento da questão. Para tal dividimos o artigo em quatro tópicos: as três propriedades da regra de *Movimento* de SN, a generalização de Burzio – caso e argumento externo, o movimento de QU sendo aplicado ciclicamente e o porquê de certas frases serem agramaticais em inglês, mas para os falantes do português seriam o padrão aceito.

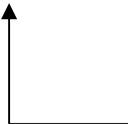
1. *Três propriedades da regra de Movimento de SN.*

Estrutura Superficial

Estrutura Profunda

a) João_i parece t_i cansado.

b) parece [João cansado]



c) João_i foi atropelado t_i pelo carro. d) foi [atropelado João pelo carro].



1.1. Propriedade I - A posição de aterrisagem do SN deve ser uma posição argumental:

O movimento de um SN envolve uma posição argumental como ponto de partida e uma outra posição argumental como ponto de aterrisagem. As posições argumentais são aquelas em que as relações gramaticais (sujeito, objeto direto, indireto) são estabelecidas. Em (a), o SN “João” sai da posição de sujeito da mini-oração, para a posição de sujeito da oração principal. Em (b), o SN “João” deixa a posição de objeto para ocupar a de sujeito.

1.2. Propriedade II – A posição de aterrisagem deve ser não temática:

A posição de onde sai o SN “João” é uma posição temática onde ele recebe um papel temático de “paciente” do verbo e do adjetivo em (a). A posição para onde vai o SN “João” – [Spec, IP] – é aтемática, isto é, nenhum papel temático pode ser atribuído aí. Essa restrição é proveniente do critério Π . Já que o complemento do verbo recebe papel temático na posição onde é gerado, ele não pode ir para outra posição onde também receba papel temático.

1.3. Propriedade III – a posição de aterrisagem do SN deve ser uma posição onde caso é atribuído:

A posição para onde vai o SN deslocado é uma posição onde caso é atribuído. No exemplo da passiva, como o SN complemento não pode receber caso do verbo, visto que este, na forma de participio, perde as propriedades caso. Assim, o SN deve se mover para uma posição onde caso é atribuído. A única posição vazia possível para onde o complemento pode se mover é [Spec, IP] onde o caso nominativo é licenciado pela Flexão. O mesmo processo ocorre em (a). O SN “João” nasce na oração complemento selecionada pelo verbo “parecer”. Como tal oração é não-finita, o SN “João” não tem como receber caso. Daí, ele se move para oração principal, para [Spec, IP] onde recebe caso da Flexão. Esse movimento é possível, porque “parecer” não seleciona um argumento no exemplo (b).

A transmissão de caso e papel Π é realizada via cadeia argumental. O papel temático dado ao vestígio deixado na posição de base de complemento é transmitido à cabeça da cadeia “João” e o caso

nominativo recebido por este é transmitido ao vestígio.

2. A Generalização de Burzio:

A generalização de Burzio faz uma correlação entre atribuição de caso acusativo e seleção de argumento externo. Se o verbo não tem argumento externo, ele não pode atribuir caso acusativo. Podemos comprovar tal generalização com dados de estruturas passivas e com dados de verbos ergativos.

Tanto nas passivas quanto com verbos ergativos, a posição de argumento externo está ausente, sendo assim nas estruturas, os verbos ergativos, apesar de selecionarem um argumento interno, não têm a propriedade de atribuir caso acusativo, assim como os verbos na forma passiva. O único argumento que é gerado na posição de complemento não pode então, receber caso acusativo. Então, ele deve se mover para [Spec, IP] em ambos os casos para receber caso nominativo da Flexão.

Abaixo, encontram-se as representações iniciais dos verbos ergativos:

- | | |
|-----------------------|--------|
| a) As folhas caíram | [V SN] |
| b) A flor morreu | [V SN] |
| c) O bolo foi comido. | [V SN] |

Após o movimento dos SNs obtém-se a seguinte estrutura superficial:

- d) $SN_i [VT_i]$

Todos esses argumentos internos vão para uma posição regida pela Flexão [Spec, IP], onde recebem caso nominativo, por isso, a concordância verbal é licenciada.

3. A regra de Movimento de QU- se aplica ciclicamente:

Vejamos os exemplos:

Quem_i o João disse [t_i que você viu t_i]?

Em (a), a sentença é gramatical porque o sintagma interrogativo, gerado como complemento de “viu”, é alçado inicialmente para o Comp intermediário, e depois para o Comp da oração matriz. O movimento se dá em estágios sucessivos e cria vestígios intermediários, obedecendo ao ciclo.

* Quem João disse [onde que você encontrou t_i].



A sentença (b) é agramatical porque a regra que moveu “quem” para o início da oração principal não se aplicou ciclicamente. O sintagma interrogativo “quem” deveria ter aterrissado inicialmente em Comp de sua oração e daí se movido para o Comp da oração principal. Como o Comp da oração encaixada está preenchido por “onde”, “quem” se moveu diretamente para a oração principal violando o princípio da subjacência. O movimento aí não respeitou o domínio da localidade.

Quem João disse que a Maria sabe que a Ana viu?

Quem_i João disse t_i que a Maria sabe t_i que a Ana viu t_i ?

Na oração acima, o complemento de “ver” é alçado ciclicamente para os Comps intermediários, deixando em cada pouso de aterrissagem o seu vestígio até chegar ao Comp da oração matriz.

* Quando_k o João disse que a Maria sabe quem_i a Ana viu t_i t_k ?

* Onde_k que o Gabriel sabe o que_i que o Valdir comprou t_i t_k ?

Nesses casos, os sintagmas interrogativos “onde” e “quando” se moveram da oração complemento, passando por cima do Comp inicial preenchido por “o quê”.

4. Agramaticalidade das seguintes sentenças do inglês:

a)* Which book did John meet a child who read? →
“John met a child who read which book?”

b)* Who did John wonder what bought? → “John
wondered who bought what?”

A sentença (a) é agramatical porque o SN “which book”, complemento do verbo “read” da oração encaixada, foi deslocado de uma ilha sintática, que é a oração relativa. Uma oração relativa não é selecionada por núcleo algum. Ela é um adjunto. Daí a impossibilidade de extração de dentro dela. A relativa é barreira para movimento. Além disso, dentro da oração relativa, a posição [Spec, CP] está ocupada por “who”. Sendo assim, “which book” em seu caminho para [Spec, CP] da oração principal atravessou um Comp preenchido, violando assim, a condição da ciclicidade. O vestígio de “which book” não está sendo regido apropriadamente.

A sentença (b) é agramatical devido aos seguintes fatores: (i) “what” está ocupando uma posição previamente preenchida por “who” onde se encontra o seu vestígio; (ii) o vestígio inicial na posição de sujeito de “who” não pode ser regido por seu antecedente, já que “what” intervém entre eles; e (iii) “who” é extraído de uma ilha interrogativa.

BIBLIOGRAFIA

HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government & binding theory*. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1995.

MIOTO, Carlos et alii. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 1999.

SUJEITO, DISCURSO E PODER

Maria Geralda de Miranda (UFF/UNAM/ UNESA)

Apesar de dividido entre o senso moral imposto pela sociedade e a força do inconsciente, o homem ocidental forjado no culto ao racionalismo, ilude-se com a sua suposta autonomia “consciente” (...) e crê poder separar-se do “real”, ou seja, crê poder olhar o “real” e o outro com olhos neutros; crê, em suma, poder “descobrir” “verdades” que não sejam construídas por ele mesmo, nem “contaminadas pelo seu desejo.”

(Rosemary Arrojo, *O signo desconstruído*)

A valorização permanente do estável, do controlável, do presente, assegura ao cientista, a ilusão de soberania e poder sobre os dados que crê poder olhar de forma neutra, isenta de toda contaminação dos desejos, fobias, ideologias.(...) Ilusão da verdade, ilusão do sujeito.

(Maria José Coracini, *O signo desconstruído*)

1. Introdução

François Dosse – ao falar do êxito que o estruturalismo alcançara na França nos anos 50 e 60, angariando a adesão da maior parte da intelectualidade, em razão de apresentar um método rigoroso que podia ocasionar esperanças a respeito de certos progressos científicos – adverte que “o verdadeiro ponto de partida do método em sua acepção moderna, na escala de todas as ciências humanas, provém da evolução da lingüística”.¹

É por isso que o tema de retorno a Saussure, pai da lingüística moderna, vai dominar todo esse período, apesar de o mestre genebrino ter empregado apenas três vezes o termo “estrutura” no seu *Curso de Lingüística Geral*. O uso dos termos estrutura e estruturalismo se dá sobretudo a partir da Escola de Praga com Troubetzkoy e Jakobson.²

A referência ao termo estruturalismo como programa funda-

¹ DOSSE, François. *História do Estruturalismo*, vol. I, p. 15.

² *Idem, ibidem.*

dor, no entanto, será reivindicada pelo lingüista dinamarquês Hjelmslev, que fundou em 1939 a revista *Acta linguistica*, cujo primeiro artigo trata de “lingüística estrutural”. A partir desse núcleo lingüístico, o termo vai provocar uma verdadeira revolução de todas as ciências humanas em pleno século XX. É como se elas adquiriram aí a sua ata de batismo científico.³

Verificar “as bases científicas” sobre as quais se assenta a lingüística e sobre o desenvolvimento do estruturalismo, daí decorrente, nos obriga obviamente a reler Saussure, tendo em vista que o *Curso de Lingüística Geral*, organizado pelos seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye, continua na ordem do dia, exatamente por constituir-se em pano de fundo de todo esse debate. A crítica à obra do mestre, desenvolvida a partir de 1966, vê a ausência do sujeito falante na perspectiva científica saussuriana como um dos pontos mais negativos de seus postulados.

Outros teóricos acreditam, no entanto, que as contribuições de Saussure foram importantes para libertar a lingüística da tutela historiadora. Dosse salienta que mesmo Foucault, sem ser totalmente explícito, vê a autonomização da lingüística como ciência um dado positivo, apesar “do auto custo de uma a-historicidade; e, portanto, de uma amputação que se tornou talvez necessária a fim de romper com o evolucionismo em curso, mas que conduzirá a aporias por não ter sabido dialetizar os vínculos diacronia/sincronia.”⁴

Citando Milner, Cláudia Lemos diz que

o estatuto da Lingüística como ciência, esse princípio geral representado tanto pela teoria do signo, quanto pela teoria do valor, faz de Saussure um representante da ciência antiga, vinculada à tradição aristotélica, centrada em axiomas e em proposições que, deles dedutíveis, não se traduzem em proposições empíricas. (...) Isso, contudo, não invalida seu ato de reconhecimento da ordem própria da língua.⁵

Os estudos atuais, sem dúvida, querem resgatar o homem, paradigma perdido da abordagem estrutural. O preço a pagar pela lin-

³ *Idem*, p. 16.

⁴ DOSSE, François. *Op. cit.*, p. 69

⁵ LEMOS, Cláudia. *Interrelações entre a lingüística e outras ciências*, p. 4. São Paulo: DHEL-UNICAMP, [s/d].

güística moderna é alto, por suas negações de princípio e as suas conseqüências. O presente trabalho quer continuar esse debate, refletindo sobre a língua e o sujeito. Confrontar as idéias do *Curso de Lingüística Geral* com os estudos mais atuais sobre o estruturalismo lingüístico, tendo como base as reflexões de François Dosse, é o que pretende essa autora.

2. Os pressupostos saussurianos

Após discorrer sobre a matéria e a tarefa da lingüística e suas relações com as outras disciplinas científicas conexas, Ferdinand de Saussure nos fala da dificuldade de definição do objeto de estudo desta nova ciência, em razão de o fenômeno lingüístico apresentar perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais não vale senão pela outra.⁶ Tal dificuldade, prioritariamente, teria que ser resolvida, pois a lingüística só conseguiria o seu estatuto de ciência, se o seu objeto de estudo fosse claro e objetivo.

Dentre as dificuldades, em face da dualidade apresentada pela língua, ele diz que “não se pode reduzir a língua ao som, nem separar o som da articulação vocal; reciprocamente, não se pode definir os objetos dos órgãos vocais se se fizer abstração da impressão acústica.”⁷ Em seguida, argumenta:

 Mas admitamos que o som seja uma coisa simples: é ele quem faz a linguagem? Não, não passa de instrumento do pensamento e não existe por si mesmo. Surge daí uma nova e temível correspondência: O som, unidade complexa acústico-vocal, forma por sua vez com a idéia, uma unidade complexa, fisiológica e mental.⁸

E continua Ainda:

 A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. (...) A cada instante, a linguagem implica um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante ela é uma instituição atual e um produto do passado.⁹

⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*, 1998, p. 15.

⁷ *Ibidem*, p. 16.

⁸ *Ibidem*.

⁹SAUSSURE, Ferdinand, p.16.

Apesar de debater todos esses problemas – em cujas bases está a dificuldade de separar língua e fala, ou língua e discurso - e de pontuá-los como questões que dificultariam a definição do objeto de estudo da Linguística que, para obter o estatuto de ciência, precisava de um objeto preciso, Saussure opta por um caminho, ou seja, define que o tal objeto da linguística seria apenas a *língua* e justifica a sua escolha:

qualquer que seja o lado que se aborda a questão, em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da linguística. Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades assinaladas acima, ou se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da linguística aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim abre-se as portas para as várias ciências - Psicologia, Antropologia, Gramática Normativa, Filologia etc. - que separamos claramente da Linguística, mas que, por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos.¹⁰

E continua a sua elaboração: sendo a língua distinta da fala, aquela pode ser estudada separadamente desta. A prova é que não falamos mais as línguas mortas, mas podemos assimilar-lhes o organismo linguístico.¹¹ Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos, onde de essencial só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas. “A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.”¹²

Na verdade, Saussure fala sobre um elenco de vantagens em se estudar a língua, tudo isso na tentativa de fornecer um objeto mais preciso à sua ciência. Neste sentido, argumenta: Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. Além

¹⁰ *Idem.* p. 16

¹¹ *Idem.* p. 22.

¹² *Ibidem.*, p. 24.

disso, os signos da língua são tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seria impossível fotografar em todos os seus pormenores os *atos de fala*.¹³

O signo lingüístico, definido como uma entidade psíquica de duas faces, chamadas de significado e significante, exibe duas características primordiais: a arbitrariedade – a falta de motivação que une o significado ao significante; e o princípio da linearidade do significante. Mas o caráter essencial do signo está exatamente no fato dele escapar sempre à vontade individual e social¹⁴ dos sujeitos. “A língua é um sistema que conhece a sua ordem própria”¹⁵ e para estudá-la de forma científica, “deve-se eliminar dela tudo que lhe seja estranho ao organismo, ao sistema.”¹⁶ “A atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente por sua relação com a língua tem lugar na Lingüística.”¹⁷

2.1. Não tem lugar para o sujeito

Ao propor a solução para o difícil dilema; isto é, ao priorizar o terreno de estudo da língua - por ser esta suscetível de uma definição autônoma - Saussure procura desembaraçar-se dos resíduos da fala e por conseguinte do sujeito falante. O indivíduo é então expulso da perspectiva científica saussuriana, aquele que fala, titular de uma locução, é reduzido à insignificância e ao silêncio.

Essa negação do homem, já totalmente descartado do horizonte saussuriano, também vai passar a ser um elemento essencial do paradigma estruturalista, para além do campo lingüístico. Tal negação leva ao extremo um formalismo que, depois de já ter esvaziado de sentido, exclui também o locutor para culminar numa situação em

¹³ SAUSSURE, Ferdinand. *Op. cit.*, p. 23.

¹⁴ *Idem*, p. 25

¹⁵ *Ibidem*, p. 31.

¹⁶ *Idem*, p. 29.

¹⁷ *Idem*, p. 27.

que “tudo se passa como se ninguém falasse”¹⁸

Com o sujeito ausente, vítima de uma redução formalista, e tendo um objeto restrito, linear, os postulados de Saussure tem acesso ao estágio de ciência. Aceitando trabalhar como um sistema fechado em si mesmo, com os critérios de repetição e regularidade, a lingüística científica descarta o contingente e o diferente, características que são tradicionalmente inerentes à própria noção de sujeito.

Como afirma François Dosse, o lingüista genebrino

limita o seu projeto e escapa a toda e qualquer correlação entre duas de suas proposições: aquela segundo a qual a língua é um sistema de signos, e aquela segundo a qual a língua é um fato social. Ele encerra a sua lingüística num estudo restrito do código, separada de suas condições de aparecimento e de sua significação.¹⁹

Através do conceito de signo, ainda seguindo Dosse, verifica-se o fechamento da língua sobre si mesma. O signo saussuriano não uma coisa a seu nome, mas um conceito a uma imagem acústica (o significante define-se por sua presença sensível, ao passo que o significado caracteriza-se por sua ausência) num vínculo arbitrário que remete a realidade, o referente, para o exterior do campo do estudo, a fim de definir a perspectiva, por definição restrita, do lingüista.

2.2. Convencionalidade ou atrelamento de significação

Discutindo também questões inerentes ao signo saussuriano, Rosimere Arrojo, que parece dialogar com François Dosse, observa:

se aceitamos a tese da convencionalidade do signo, ou seja, a noção de que todo significado é necessariamente construído a partir de um tácito acordo comunitário, não poderemos portanto eximir a leitura e a compreensão, ou qualquer outro processo de utilização de signos, de uma origem atrelada à construção e à produção de significados.²⁰

Ou dito de outro modo pela própria autora:

¹⁸DOSSE, François. *História do Estruturalismo*, p. 73.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 70.

²⁰ ARROJO, Rosimere. *O signo desconstruído*, 1992, p. 37

já que a convenção é resultado de um acordo que tem como meta organizar e controlar a produção de significados, aquilo que se estabelece como ‘convencional’ é resultado também de uma luta pelo poder de significação, uma luta tão acirrada que precisa, inclusive, identificar-se com a procura do significado “transcendental”, imune à passagem do tempo, e acima de qualquer viés de interpretação.²¹

De um significado que pudesse abolir e suplantiar todos os outros para todo o sempre.

Este significado, ainda seguindo Arrojo, subordinado à letra, anterior a qualquer interpretação e independente de qualquer contexto, se alinha a uma tradição logocêntrica que compartilha do pressuposto que é fora do sujeito/leitor ou “receptor” que se encontra a origem dos significados. Esse “significado transcendental”, neutro e independente da situação de recepção leva qualquer teoria linguística a um destino de frustração e ineficiência.²²

Já Marisa Grigoletto, ao discutir questões acerca da “desconstrução do signo”, levadas a cabo por Derrida, mostra que a noção do significado primordial, anterior à própria linguagem, não passa de ilusão. Ilusão necessária para a construção do projeto semiológico do linguísta Genebrino. A autora assinala que a idéia de ilusão revela que a presença buscada por toda a metafísica ocidental não passa de mais uma máscara, “que não há signo linguístico antes da escritura”. (Derrida, 1973: 17) E que portanto não existe um significado primeiro, original; ao contrário, todo significado não é senão mais um significante a cada nova estrutura.²³

Para que se escreva um texto e se construa a escritura, a noção de ausência de significado em posição de primazia em relação ao significante e da multiplicidade de significantes tem de ser esquecida momentaneamente para dar lugar à ilusão de se ter atingido um significado único, pois a cada escritura, o texto como tecido de signos é tramado de uma certa forma, seguindo um determinado padrão, de modo a construir uma malha fechada, na qual o significante se trans-

²¹ *Op. cit.*, p. 38.

²² *Idem*, p. 36

²³ GRIGOLETTO, Marisa. A desconstrução do signo e a ilusão da trama. In *O signo desconstruído*. Org. Rosimery Arrojo, p. 31/32.

forma ilusoriamente em significado. Na verdade cada processo é um jogo e cada jogo tem as suas próprias regras, que servem apenas para aquele jogo e não para outro.²⁴

Texto para Barthes quer dizer tecido, mas esse tecido que até aqui foi sempre tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém mais ou menos oculto o sentido (a verdade) é visto agora como uma idéia gerativa de que o texto se faz.²⁵ Esse autor que também vê no gregarismo da repetição lingüística uma das principais formas de poder, salienta que a forma puramente semiológica do texto está exatamente em saber jogar com os signos em vez de destruí-los. “Um texto tem necessidade de uma sombra: essa sombra é um pouco de ideologia, um pouco de representação, um pouco de sujeito: fantasmas, bolsos, rastos, nuvens necessárias; a subversão deve produzir o seu próprio claro-escuro.”²⁶

Mas voltando a François Dosse, uma outra questão importante levantada por ele sobre os pressupostos saussurianos é a oposição língua/fala. O autor de *História do Estruturalismo* afirma que há dois planos confundidos por Saussure. A distinção metodológica ou epistemológica o dado (a fala) e o construído (a língua) é indispensável e sempre válida: ela é inclusive a condição da postura científica, mas não pressupõe a segunda oposição formulada por Saussure – essa contestável – entre um sistema lingüístico abstrato, do qual o sujeito foi suprimido, e a atividade da fala, entre um código objetivo e a utilização desse código pelos sujeitos.²⁷

A questão da preponderância da sincronia sobre a diacronia é também um outro assunto pontuado por Dosse. Para discuti-lo, ele cita Andre Martinet, que diz não encontrar respostas no *Curso de Lingüística Geral* para a seguinte pergunta: “por que as mudanças fonéticas são regulares?” Para apreender esse fenômeno não era preciso encerrar a estrutura na sincronia, no estático. “Uma estrutura, ela se mexe.” Saussure ilustra o privilégio da sincronia e seu corolá-

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 34.

²⁵ BARTHES, Roland. *O prazer do texto*, p. 82.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 44.

²⁷ DOSSE, François, *Op. cit.* p. 73.

rio, a insignificância da historicidade, com a metáfora do jogo de xadrez. A inteligência da partida resulta da visão do lugar e das combinações possíveis das peças colocadas no tabuleiro de jogo. É totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou por outro.²⁸

3. Sistema fechado, programa ambicioso

Se por um lado, a postura saussuriana é restritiva por definição, ao limitar-se à língua, por outro, ela se inscreve numa ambição muito ampla de construção de uma semiologia geral que integre todas as disciplinas que se interessam pela vida dos signos no seio da vida social. A Lingüística seria apenas uma parte desta ciência geral. É na realização desse ambicioso programa que se inscreve o projeto estruturalista, reagrupando em torno de um mesmo paradigma todas as ciências do signo. É esse impulso que fará da lingüística a ciência piloto, no centro do projeto, com a força de um método que pode prevalecer-se de resultados.

Somente através do projeto de criação de uma ciência geral do signo podemos entender a dimensão que a idéias de Saussure tiveram na fase estruturalista. Em seu livro *Aula*, Roland Barthes fala também desse processo de restrição adotado pela Lingüística e da proposta de Saussure de criação da semiologia. Diz Barthes:

Para seus conceitos operatórios, a Semiologia, que se pode definir canonicamente como a ciência dos signos, saiu da lingüística. Mas a lingüística, um pouco como a economia, (...) está hoje em via de estourar. (...) Por outro lado, ela se apodera de conteúdos cada vez mais numerosos e também cada vez mais afastados do seu campo original; assim como o objeto da economia está em toda a parte, no político, no social, no cultural, do mesmo modo o objeto da lingüística é sem limite: A língua segundo uma intenção de Benveniste é o próprio social. Em resumo: seja por excesso de ascese, quer por excesso de fome, a lingüística se desconstrói.²⁹

Dosse salienta que a crise progressiva do paradigma estruturalista, após seu apogeu em 1996, está em relação direta com a tomada

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 69

²⁹ BARTHES, Roland. *Aula*, p.30

de seu lugar pelo gerativismo, com o êxito das teses desconstrutivistas de Derrida, mas também com a progressão de uma lingüística da enunciação, que tinha sido até então rechaçada. Nesse último aspecto, a importância de Benveniste é notória, sobretudo pelo fato dele ter “reintroduzido o recalcado – o sujeito – no âmago da preocupação da lingüística. Benveniste foi essencial ao mostrar que o sistema lingüístico, sem deixar de se constituir em um sistema, devia tomar em consideração os fenômenos da enunciação.”³⁰

4. Conclusão: o sujeito retorna pela janela

Para Benveniste, “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso (...) é ver como o “sentido” se forma em “palavras, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação.”³¹ Como realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos e procedimentos acessórios. Mas ao declarar-se locutor e ao assumir a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro. Toda enunciação é explícita ou implicitamente, uma alocação³², isto é, um ato ilocucional.

Em suas reflexões sobre o sujeito, Benveniste não deixa de considerar o tempo como uma das formas lingüísticas mais reveladoras de subjetividade. Ele distingue duas noções de tempo: o físico, infinito e linear, e o crônico, tecido de eventos. O tempo crônico escapa ao vivido, mas o tempo lingüístico está ligado ao exercício da fala, portanto situa-se ao mesmo tempo num presente como ato individual e remete necessariamente a uma subjetividade, na medida em que a temporalidade lingüística deve responder às condições de inteligibilidade do interlocutor. Apesar de todo a sua dedicação ao assunto, somente em 1970, com a publicação de um artigo sobre a enunciação, na revista de lingüística *Langages*, Benveniste vê as su-

³⁰ DOSSE, François. *Op. cit.*, p. 61.

³¹ BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*, 1989, p. 83

³² Idem, p. 84.

as idéias ganharem a partida entre os lingüistas.

Mas, como Dosse assevera:

a partida só está em parte ganha: o sujeito está de volta por razões que não decorrem verdadeiramente de uma temporalidade própria da disciplina lingüística (...) mas das novas interrogações que surgiram de súbito nas ciências humanas e que permitiram especialmente ao sujeito reaparecer pela janela, após ter sido expulso pela porta.³³

BIBLIOGRAFIA

ARROJO, Rosimary. (org.) *O signo Desconstruído*. São Paulo: Pontes, 1992.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

———. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral* I. São Paulo: Pontes, [s/d].

DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Volumes I e II. São Paulo: Ensaio, [s/d].

LEMOS, Cláudia T. G. Interrelações entre a lingüística e outras ciências. Texto apresentado como conferência na ABRALIN.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

³³ DOSSE, François. *Op. cit.*, p. 65.

UMA VISÃO DE MUDANÇA LINGÜÍSTICA QUANDO TUDO ERA CHAMADO DE BARBARISMO

Cristina Brito

As línguas, em geral, resultam de uma complexa evolução histórica que se caracterizam formalmente no tempo e no espaço, a partir de um feixe de tendências que de modo diverso efetuam-se aqui e ali. Deste modo, o acúmulo e a completa realização das tendências dependem de condições sociológicas, pois a estrutura da sociedade é que determinará o processo de mudança, se esta ocorrerá de modo lento ou acelerado.

Outro ponto a ser observado é que o lado individual e o social invariavelmente interpenetram-se. Assim, as palavras pronunciadas por um só indivíduo, em geral, não sobrevivem, porém as palavras só fazem história quando há frequência na coletividade.

Outra característica fundamental da língua é a sua capacidade de mudar sem cessar, já que a língua que não muda é irreal, além dela não poder ser isolada de fatores externos os quais constituem a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes - a língua realiza-se de fato no falar. Assim a língua muda exatamente para continuar funcionando [o latim de Cícero deixou de funcionar como língua histórica justamente porque deixou de mudar, e, por isso, neste sentido é uma “língua morta”].

Para Saussure a língua é um produto que o indivíduo registra passivamente, também ela se impõe, mas por si só o indivíduo não pode nem criá-la nem transformá-la.

Sabemos que a língua muda porque não está pronta, ou, em outras palavras, não está perfeita, no sentido etimológico do termo, mas, sim, faz-se continuamente pela atividade lingüística.

Porém tal atividade mantém-se em grande parte dentro do que é permitido pela língua, isto é, pela tradição lingüística, agora, no instante em que pratica a seleção, o falante provoca uma modificação do equilíbrio da língua, fato verificado no falar.

Do ponto de vista cultural, as mudanças manifestam-se na

sincronia em formas esporádicas, inicialmente vistas como erros correntes em relação à norma estabelecida. Assim aquilo que do ponto de vista diacrônico já é mudança, do ponto de vista de um estado da língua é condição de mudança.

Desta forma tornam-se condições favoráveis à mudança: a variedade regional ou social da língua; período de decadência cultural ou grupos sociais de cultura reduzida.

Também sabemos que as mudanças em geral procedem de comunidades que conhecem imperfeitamente a norma da língua e, por sua vez, difundem-se em períodos nos quais a cultura apresentasse em franca decadência, perdendo prestígio quer político quer econômico.

A norma, em língua, é resultado de um conjunto de hábitos lingüísticos em vigor no lugar. Pois a norma é a realização coletiva do sistema; [a pronúncia do fonema /t/, por exemplo, antes do /i/, em termos de sistema tanto pode ser africada ou não; mas, por exemplo, a norma carioca não aceita /ti/, enquanto a gaúcha, provavelmente, não aceita o /tchi/], assim, a norma procura limitar e comprimir as possibilidades oferecidas pelo sistema.

Inúmeros indícios levam à mudança na língua. Desta forma, primeiramente, há traços lingüísticos que divergem da norma e aparecem de modo sistemático dentro de um discurso individual. Do ponto de vista da correção, esses traços idioletais constituem erros individuais. Agora, também sabemos que nem sempre eles são exclusivamente individuais, porque as tendências que os criam podem atuar em maior ou menor número de indivíduos; paralelamente, não podemos esquecer que a língua não comporta erros, uma vez que o conceito de certo e errado resulta de convenções sociais.

Em segundo lugar, outra forma de ver esses traços lingüísticos é quando presentes no uso da língua em classes populares divergindo da norma culta, sendo considerado erro dentro do conceito de correção na visão da convenção social.

Assim o vulgarismo caracteriza-se basicamente por categorizar socialmente o indivíduo ou grupo, isto ocorre no instante em que se contraria o ideal de língua culta, confirmado a partir da incultura e nível intelectual baixo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A escola procura incessantemente combater os vulgarismos, embora, lingüisticamente, saibamos, muitas vezes, que eles podem ser sintomas de mudanças.

Como terceiro ponto, temos a variação, que é uma consequência do fato de a língua não ser idêntica em suas formas em virtude da diversidade do discurso, assim, a variação livre decorre inúmeras vezes da própria impossibilidade de repetir uma forma do mesmo modo, levando a uma identificação total de realização entre todos os falantes; ou variação estilística quando há a intenção de apelo e de manifestação psíquica.

Em quarto lugar, temos traços lingüísticos diversos dos do sistema tradicional, caracterizando os empréstimos que acontecem em função do contato entre povos de línguas diversas. Ocorrem com mais frequência entre os lexicográficos, onde, muitas vezes, o radical adapta-se às características da língua: fonológica, morfológica.

O empréstimo não deixa de ser um tipo de mudança, diferente do que resulta da evolução que a língua sofre no curso de sua história interna.

O empréstimo opõe-se à evolução porque ele não deixa de ser uma mudança oriunda da adoção de elementos provenientes de outra língua, mas também pode ocorrer internamente quando acontece dentro da própria língua, nos vários níveis que ela apresenta: escrita literária, rústica, dialetal, gíria.

Na visão saussureana, a língua não se impõe ao falante, antes se lhe oferece; em consequência o falante dispõe dela para realizar com certa liberdade a sua expressividade. Também é certo que a língua não tem finalidade em si mesma, tem, sim, a função de expressar a cultura, permitindo a comunicação social.

Desta forma, verificamos que os tradicionalmente chamados vícios de linguagem são considerados erros em relação à norma culta.

Portanto o barbarismo é visto como um erro que se pode apresentar na pronúncia, na grafia, na forma gramatical ou na significação. O termo barbarismo procede do costume que os Gregos e Romanos tinham de chamar bárbaros os estrangeiros, os que falavam

mal, segundo seu critério, por falarem língua estrangeira.

Ou ainda, o termo já foi empregado por referir-se aos erros cometidos pelos estrangeiros ao adaptarem ao seu idioma palavras e expressões de outra língua. João de Barros afirma que em nenhuma parte se cometem mais erros, ou melhor, a figura do barbarismo, do que aqui (Brasil), em face das muitas nações trazidas para cá; ainda afirma que por não poderem formar a própria linguagem, as nações de África, Ásia, Brasil e Guiné barbarizam sempre que tentam imitar a nossa linguagem (Portugal).

Em edições do século XVIII das gramáticas de João de Barros e Pedro José Fonseca, encontramos elencada uma série de vícios como barbarismos:

1. acréscimo inicial de vogal a em *até qui* por *té qui* ;
2. corte inicial de sílaba em *determinar* por *terminar*;
3. corte no meio da palavra de letra ou sílaba como *viço* por *vício*;
4. troca de ordem das letras como *apretar* por *apertar* ou *letra* por *lêtera*;
5. termo que por motivos antigos, novos ou estranhos só pode ser entendido por pequeno número de pessoas;
6. termos tomados do Latim, do Italiano, do Francês ou de alguma outra língua estranha;

Dos casos apresentados o acréscimo em *até*, hoje, verifica-se o retorno da preposição antiga e popular *inté* com o significado de *até qualquer hora, dia...* [*Inté mais*]

No segundo caso visto apenas com a queda da sílaba inicial, hoje, rende-nos dois vocábulos com significados bem distintos, onde *determinar* assume o significado de [*marcar o termo, delimitar, fixar, definir*] enquanto que *terminar* [*fim, limite*].

Em relação ao corte no meio da palavra, a palavra *viço* é uma forma divergente popular de *vício* e até o século XV, o *viço* e *vício* eram usados, indiferentemente, nas duas acepções “vigor” e “defeito de caráter”. Porém a partir daí os conceitos definiram-se de modo

mais claro, onde *viço* assumiu a primeira acepção (vigor) e *vício* a segunda (defeito de caráter); ou ainda o caso da palavra *letra*, em que o barbarismo, de então, é hoje a forma culta em uso.

Um outro exemplo que aqui se enquadra é a oscilação ao longo do tempo da palavra *registro* / *registo*. A forma *registro* é antiga e com amplo uso no português do Brasil, enquanto que em Portugal seu uso é restrito, sendo o termo *registo* que tem franco uso em além-mar.

Entretanto, tanto lá como cá, as entradas nos dicionários são basicamente as mesmas: *transcrever*, *inscrever* ou *lançar em livro especial*; contudo no Dicionário do Aurélio aparece o sentido de chave de torneira ou outro aparelho que regula a passagem de fluido.

Assim, o que se observa com a palavra é que em textos do século XIII (1223 e 1279) a forma usualmente encontrada é *registro*; posteriormente no século XIV (1381) o termo então assinalado é *registo*; durante o século XV permanece a forma *registar* com a síncope do /r/.

Quanto à troca de ordem, hoje, encontramos muitas vezes a forma *sastifação* por *satisfação* ou ainda a forma fruto de possível hipercorreção *sastisfação*.

Também os termos compreendidos apenas por determinados grupos são classificados como barbarismos, e deste modo como classificariam o vocabulário peculiar a algumas profissões, grupos de jovens ou os internautas? Estes sem sombra de dúvida seriam classificados como os “bárbaros” que barbarizam as línguas em geral.

E por fim os termos tomados, isto é, os empréstimos, considerados como “bárbaros”, enquanto o uso não os houver naturalizado (e nós não deixamos de falar o latim vulgar).

Um outro vício apontado e passível de ser cometido é o que ocorre na construção e na ordem das partes das palavras quando usadas de forma isolada do modo comum de falar.

Enquanto alguns fatos apontados como erros para nós hoje representam sintomas de mudanças, outros, entretanto, permanecem com as mesmas características de vícios inaceitáveis e cometidos com frequência tanto na língua oral como na escrita.

Por exemplo, João de Barros apresenta um outro caso de vício

causado pelo “mau som” provocando algum significado torpe como: colhões tamanhos tem aquela lebre por que olhões... ou hoje, porrações diversas tudo continua por pôr razões

Ainda faz referência ao vício de palavras como: olhou-me com os seus olhos, falou-me com a sua boca porque ninguém pode falar senão por boca própria e olhar senão pelos olhos; ou com frequência hoje: subir pra cima, descer pra baixo, entrar pra dentro.

Tais impropriedades gramaticais cometidas em textos quer orais quer escritos por alunos, candidatos a diversos concursos, quer na fala diária de vários segmentos da sociedade continuam vícios inaceitáveis apesar do tempo, provando aqui que não são sintomas de mudanças, mas desconhecimento das normas gramaticais.

Assim o que se constata é que alguns dos erros apontados em certos períodos, para nós hoje, representam sintomas de mudanças em curso, outros, entretanto, permanecem, apesar do tempo, com as mesmas características de vícios inaceitáveis e cometidos com frequência não só na língua oral como na escrita.

Deixaram de ser todos barbarismos, mas continuam sendo todos considerados vícios de linguagem?

Desta forma verificando a seqüência: traço idioletoal – erros – divergência da norma – adoção por interlocutores – inovação – mudança lingüística / leva-nos a constatar que tais traços originam-se nos diálogos, nos modos lingüísticos de falar de um interlocutor ao saber de outro. Em consequência, pode acontecer a generalização de uma inovação e no caso de ocorrerem adoções sucessivas (repetição, passagem de um para outro) pode-se concluir que o que está acontecendo é um processo de mudança lingüística, já que, bem sabemos, uma mudança começa a desenvolver-se como um deslocamento de norma.

**A LÍNGUA PORTUGUESA
EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA:
PROPOSTAS DE TRABALHO,
EM UM PROCESSO DINÂMICO,
PARA OS TRÊS NÍVEIS DE ENSINO**

Maria Luci de Mesquita Prestes (FAPA)

INTRODUÇÃO

Com o surgimento da lingüística, o ensino de língua(s) passou a trilhar novos caminhos. Desde então, muitas coisas positivas vêm acontecendo nesta área. Contudo, há uma questão no ensino de língua portuguesa que, na grande maioria dos cursos superiores de Letras, passou para um segundo plano e, nos níveis fundamental e médio, passou — quase que por completo, se não completamente — ao esquecimento: o trabalho em uma perspectiva lingüístico-histórica. Talvez isso se deva ao fato de ter-se levado em consideração um conceito muito difundido, porém limitado, de lingüística como sendo uma ciência eminentemente sincrônica.

Tentando resgatar aspectos concernentes ao ensino de língua numa perspectiva lingüístico-histórica, procura-se, neste trabalho, tecer algumas considerações teóricas sobre tais aspectos e apresentar propostas de ensino para os três níveis: superior, médio e fundamental. Baseando-se na idéia de *viagem pelo túnel do tempo da língua portuguesa* constante em Tarallo (1990), sugere-se aproximar sincronia e diacronia em atividades com textos que exemplifiquem desde os primeiros escritos em galego-português até produções de diversas tipologias, escritas ou veiculadas por outros meios, ao longo do tempo, até nossos dias, no Brasil (em diversas regiões), em Portugal, nos países africanos que têm o português como idioma oficial, bem como em outros territórios isolados em que se fala nosso idioma. São trazidas também, ao final deste trabalho, sugestões de referências bibliográficas e de *sites* e *links* que podem auxiliar no ensino de língua nessa perspectiva.

A LINGÜÍSTICA, A SINCRONIA E A DIACRONIA

Saussure (1995), no cap. III do *Curso de lingüística geral*, obra publicada originalmente em 1916, distingue lingüística sincrônica de lingüística diacrônica: a primeira realiza um estudo evolutivo da língua, e a segunda, um estudo evolutivo de fases da língua.

De acordo com Saussure, para o falante, a sucessão de fatos da língua no tempo não existe. Desse modo, para o autor, a diacronia deve ser ignorada pelo lingüista.

Objetivando mostrar a independência entre fatos sincrônicos e diacrônicos, Saussure (1995, p. 104-105) apresenta o também célebre exemplo do jogo de xadrez:

a) Cada lance do jogo de xadrez movimenta apenas uma peça; do mesmo modo, na língua, as mudanças não se aplicam senão a elementos isolados.

b) Apesar disso, o lance repercute sobre todo o sistema; é impossível ao jogador prever com exatidão os limites desse efeito. As mudanças de valores que disso resultem serão, conforme a ocorrência, ou nulas ou muito graves ou de importância média. Tal lance pode transformar a partida em seu conjunto e ter conseqüências mesmo para as peças fora de cogitação no momento. Acabamos de ver que ocorre o mesmo com a língua.

c) O deslocamento de uma peça é um fato absolutamente distinto do equilíbrio subsequente. A troca realizada não pertence a nenhum dos dois estados: ora, os estados são a única coisa importante.

Numa partida de xadrez, qualquer posição dada tem como característica singular estar liberada de seus antecedentes; é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro; o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que aconteceu dez segundos antes. Tudo isso se aplica igualmente à língua e consagra a distinção radical do diacrônico e do sincrônico. A fala só opera sobre um estado de língua, e as mudanças que ocorrem entre os estados não têm nestes nenhum lugar.

No Brasil, pelo menos até a década de 1980, nos cursos de Letras, utilizava-se bastante, na introdução à disciplina de Lingüística, o livro *Que é lingüística?*, no qual Crystal (1981, p. 4), fazendo uma síntese do caráter sincrônico da lingüística reforçado em Saussure, afirma que ela não se identifica nem com a filologia nem com o estudo histórico da linguagem:

A lingüística está de fato e primordialmente preocupada com o es-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tudo não histórico (i.e., sincrônico) da linguagem, o estudo de um estágio de uma língua em uma dada época, analisada sem se leve em consideração sua história futura ou prévia.

Considerando tal concepção de lingüística, relegou-se muitas vezes, nos cursos de Letras, o estudo histórico da linguagem a um segundo plano. E se isso ocorreu nesses cursos, que fará no ensino médio, e muito mais no fundamental.

No entanto, apesar dessas questões comentadas, faz-se necessário observar que não se deixou de realizar pesquisas em lingüística histórica. Exemplo disso é *História e estrutura da língua portuguesa*, de Câmara Jr. (1979), em cujo prefácio Sílvio Elia salienta o fato de a obra ter sido originalmente escrita para uma coleção, organizada pela Universidade de Chicago, na qual "*o trabalho deveria, na exposição, acompanhar tanto o eixo sincrônico quanto o diacrônico*". Nesse mesmo prefácio, elogiando essa obra de Mattoso, diz:

nos entrega um texto matriz, no qual o prof. Mattoso Câmara Jr. manifestou diretamente sua concepção de caráter estrutural da língua portuguesa e das fases capitais por que vem passando desde as origens latinas, num estudo lúcido e consciente, onde se torna quase palpável a inevitável interpretação da sincronia e da diacronia.

Contudo, começou-se a sentir efetivamente o resultado da persistência em pesquisas na área da lingüística histórica no Brasil em especial a partir do fim da década de 1980, quando foram publicadas a coleção *História da língua portuguesa*, em seis volumes (Editora Ática, Série Fundamentos, n. 21 a 26), organizada pelo professor Segismundo Spina (1987), e *A língua portuguesa no mundo* (Elia, 1998). No início da década de 1990, foram publicados *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa* (Tarallo, 1990), *Lingüística histórica* (Faraco, 1991), *Lingüística românica* (Ilari, 1992), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (Roberts e Kato, org., 1993). Com essas publicações, foi possível então começar a ir além, por exemplo, dos *Pontos de gramática histórica* (Coutinho, 1986) e da *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa* (Melo, 1984), obras de inegável valor, mas que já não dão mais conta da diversidade que necessita ser estudada em uma perspectiva lingüístico-histórica. Com relação a essa defasagem, é interessante observar as palavras de Sílvio Elia, que, no prefácio de *História e estrutura da língua portuguesa*, de Câmara Jr. (1979), diz que este au-

tor "encontrou nossas descrições gramaticais em nível havido por muito 'tradicional'."

Nas obras mais recentes mencionadas no parágrafo anterior, é interessante ressaltar que não se prescinde da sincronia para pesquisar a diacronia.

Tarallo (1990, p.24-25), traçando um contraponto com as idéias de Saussure (1995), cita Weinreich, Labov e Herzog, que defendem a inviabilidade de uma lingüística diacrônica fortemente preditiva, procurando romper com a relação estrutura e sincronia de um lado, e história evolutiva e diacronia de outro. Os autores aproximam, de modo igualitário, as noções de sincronia e diacronia às de estrutura e funcionamento, pois, para os sistemas mudarem, é preciso que eles tenham sofrido alguma espécie de variação. Assim, constatando-se o vínculo necessário entre variação e mudança, é preciso aceitar a história e o passado como reflexos do presente, estruturando-se e funcionando dinamicamente.

Faraco (1991) também é defensor dessa idéia. Para argumentar sobre elas, cita (além dos autores citados por Tarallo) Coseriu e Bakhtin. Ele questiona:

afinal, se só o sistema sincrônico homogêneo é estruturado, como dar conta do fato de que as pessoas continuam a falar e a interagir enquanto a língua muda? (Faraco, 1991, p. 64.)

Kato (1993, p.14) reforça a idéia da "sincronia a serviço da diacronia", argumentado que "se a língua em cada fase apresenta variação entre formas velhas e novas, é possível buscar no presente as pistas para a língua do passado."

Convém salientar, entretanto, que, também em obras de caráter lingüístico mais geral publicadas antes da década de 1980, pode-se encontrar idéias que vão ao encontro das de Tarallo, Faraco e Kato. Contudo, como se pode perceber, elas, em sua época, não foram muito levadas em consideração.

Borba (1967, p. 44), remetendo a Wartburg, fala em uma "lingüística pancrônica", para a qual confluem, numa ampla síntese, as verdades sincrônicas e diacrônicas. Essa interdependência entre a lingüística sincrônica e a diacrônica, segundo o autor,

permite uma nova compreensão dos fenômenos evolutivos cuja base es-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tá no conceito de estado lingüístico. A evolução lingüística ficou sendo considerada como a passagem de um estado a outro.

Lepschy (1975], p.29) argumenta que a comparação do sistema lingüístico a um jogo de xadrez feita por Saussure é "*menos feliz*", tendo em vista que

as regras do xadrez englobam, de maneira curiosa, certas informações que podemos chamar de diacrônicas: dever-se-á saber, por ex., em certas circunstâncias, se o rei foi movido e, depois, levado ao seu lugar, para decidir se é permitido rocar; ou saber se um peão foi deslocado ou não, no movimento precedente, para decidir se pode ser tomado "de passagem"; ou levar em conta, nas finais, o número de movimentos que fazemos de um certo ponto em diante.

Ainda conforme Lepschy (1975, p.30), é possível ter

uma diacronia estrutural que possa retirar da comparação das descrições (sincrônicas) de estados lingüísticos diferentes, sucessivos no tempo, a história do sistema lingüístico.

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA PERSPECTIVA LINGÜÍSTICO-HISTÓRICA

Em geral, quando se fala em história da língua portuguesa, a idéia que se tem é do estudo cronológico da evolução do latim para o português e da abrangência de nossa língua pelo mundo, parando-se por aí. Tarallo (1990) traz uma outra visão para o estudo e o ensino dessa história, propondo que sejam feitos através de uma *viagem pelo túnel do tempo da língua portuguesa*.

O autor sintetiza assim o propósito de seu livro *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*:

tentaremos rememorar a história de nosso sistema lingüístico através de uma perspectiva dinâmica. Pensar em história da língua portuguesa significará para nós refletir sobre suas condições de funcionamento e suas características de estruturação nos diversos pontos do túnel em que aterrizaremos.

(...) realizaremos nossa aventura no túnel do tempo da língua portuguesa, através de um constante ir e vir, do presente para o passado e de volta ao presente. (Tarallo, 1990, p. 26.)

O livro é dirigido em especial aos cursos de Letras, mas pode-se também aproveitar a idéia do *túnel do tempo* para o trabalho com

língua portuguesa nos ensinos fundamental e médio.

Nos cursos de Letras, na disciplina de Português Histórico, seguindo-se essa idéia, vai-se além do já mencionado ensino rigidamente cronológico em que se estudam, por exemplo, a origem e a expansão do latim, as fontes e as diferenças entre o latim clássico e o latim vulgar, as línguas românicas, as transformações fonéticas (metaplasmos) e morfossintáticas do latim até o português, as fases e os domínios geográficos da língua portuguesa. Não que tais conteúdos sejam deixados de lado, mas que sejam trabalhados em uma perspectiva dinâmica, num constante ir-e-vir, relacionando-se diferentes estágios da língua e suas manifestações nos diferentes lugares em que foi ou é utilizada — repita-se, sem a preocupação em seguir uma rigidez cronológica.

A questão também não é só não se preocupar com essa rigidez cronológica, mas trabalhar com a abrangência de fenômenos sócio e etnolinguísticos envolvidos na evolução de nossa língua, que não aconteceu só do passado para o presente, mas que continua e continuará acontecendo.

Nesse sentido, além do trabalho com os conteúdos já mencionados, podem-se promover, na disciplina de Português Histórico nos cursos de Letras, pesquisas que envolvam, por exemplo, entre outras, questões como o latim clássico e o vulgar, o português culto e o coloquial: suas intra e inter-relações; uma análise comparativa entre o português do Brasil e o de Portugal em seu estágio atual; as manifestações das diferentes fases da língua portuguesa através da literatura; o português dos países africanos lusófonos e suas manifestações em textos literários e não-literários; a influência do português na Ásia: legados e perspectivas para o futuro.

Pesquisas nesse sentido vêm sendo desenvolvidas nas atividades regulares das aulas de Língua Portuguesa (oitavo nível) na Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras (FAPA / RS), obtendo-se resultados bastante positivos. Tais pesquisas, na Instituição, não se retringem apenas à revisão bibliográfica, mas visam também a constatar como vem sendo visto o ensino de língua portuguesa em uma perspectiva histórica junto aos níveis fundamental e médio — nos quais, diga-se de passagem, pouco ou nada se trabalha nessa perspectiva — e a propor possibilidades de atividades envol-

viendo as questões mencionadas no parágrafo anterior junto a esses níveis de ensino.

Nos níveis fundamental e médio, tomando-se idéias da socio-lingüística, é comum, no Brasil, abordar questões relativas a variedades lingüísticas decorrentes, por exemplo, de fatores geográficos, sociais (idade, sexo, escolaridade, etc.), situacionais (ambientes mais formais ou menos formais), etc. Às vezes, no ensino médio, aborda-se também algo sobre a história da formação da língua portuguesa. E quando isso é feito, em geral, é de maneira um tanto dissociada. Os próprios materiais didáticos de que o professor dispõe em nosso país são caracterizados por essa dissociação, como a *Gramática contemporânea da língua portuguesa*, de Nicola e Infante (1989), destinada ao ensino médio, em que a origem de nossa língua é vista em um capítulo, e algumas noções de variedades lingüísticas, em outro. Salientam os autores que se faz, no primeiro caso, lingüística diacrônica, e, no segundo, lingüística sincrônica. Na *Gramática da língua portuguesa* de Mesquita (1999), destinada em especial ao ensino médio, também se constata uma divisão: embora estejam em um mesmo capítulo, esses conteúdos são vistos em duas unidades distintas. Outra obra destinada ao ensino médio que traz noções históricas sobre a formação do português é a *Gramática da língua portuguesa* de Celso Cunha (1983), na qual não há menção a outras variedades, a não ser as geográficas, relacionadas às questões históricas.

É interessante abrir parênteses aqui para comentar sobre duas gramáticas destinadas aos ensinos básico e secundário em Portugal (Figueiredo e Bizarro, 1996; Florido e Silva, 1996), nas quais se salienta o fato de atenderem aos programas de ensino de língua portuguesa propostos pelo Ministério da Educação desse país. Nessas gramáticas, há um capítulo destinado à evolução da língua, que, portanto, em Portugal, deve ser trabalhada nesses níveis de ensino.

E no Brasil, se não se encontra um material específico para *viajar pelo túnel do tempo da língua portuguesa* junto aos alunos dos ensinos fundamental e médio, é preciso que o professor busque subsídios teóricos que embasem as atividades práticas que ele terá então que preparar. Tais atividades podem partir de textos em português que sejam representativos de qualquer época ou lugar em que se fale esse idioma. Quanto ao ponto de chegada e ao caminho a ser percor-

rido para chegar até ele — se é que deve existir realmente um ponto de chegada —, não deve haver uma rigidez quanto a aspectos cronológicos ou geográficos. O que importa é que nesse percurso esses alunos já possam conhecer melhor a nossa língua numa perspectiva ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica. Isso de modo interdisciplinar, pois não há como prescindir da contribuição, por exemplo, da história, da geografia, da literatura para realizar estudos em tal perspectiva.

Quanto aos recursos a serem utilizados pelo professor, ele pode valer-se de textos — produzidos em qualquer lugar em que se utilize nosso idioma, em qualquer época — constantes em livros de português, de literatura, de geografia, de história, de gramática histórica; revistas destinadas a públicos variados (adultos em geral, mulheres, empresariado, garotas, surfistas, *skatistas*, crianças, etc.); revistas de divulgação científica; histórias em quadrinhos; enciclopédias; *sites* da internet (v. anexos), entre outros. Pode ele valer-se também de filmes, documentários (destaque seja dado a *Além mar*, exibido pela GNT), novelas de tevê, músicas (em especial as populares de diversas regiões do nosso país e de outros países ou territórios em que se fala português), etc.

Quanto aos procedimentos, entre outros, podem-se promover leituras (críticas, comparadas, lúdicas, etc.) de textos, audições musicais, espetáculos de danças típicas, dramatizações, pesquisas bibliográficas (via bibliotecas, via internet), passeios culturais, intercâmbios com crianças e jovens de outras regiões do mesmo estado ou do Brasil e de outros lugares em que se fala português.

Com relação a conteúdos, digamos, mais gramaticais, o professor pode aproveitar para ir trabalhando, questões de grafia, de estrutura e formação de palavras, de sintaxe (regência, concordância, emprego de pronomes, etc.), de vocabulário, entre outros. Desse modo, fica bem mais fácil para os alunos, por exemplo, relacionarem *árvore* a *arborizar*, *cabeça* a *decapitar*, *livre* a *libertar*, *mês* a *mensal*, *mexerica* a (*v*)*bergamota*, *charque* a *jabá*, *assim* a *ansim*, *porque* a *pruque*, *fila* a *bicha*, *ônibus* a *autocarro*, *amo-te* a *te amo*, *estava cantando* a *estava a cantar*, entre tantos outros fenômenos que podem ser vistos em uma perspectiva ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica.

Um exemplo de possibilidade de trabalho nessa perspectiva pode ser encontrado em Prestes (1999, p.208-271), em que se inicia com uma crônica que trata de certas diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, indo-se depois para um trecho de livro de literatura infanto-juvenil que trata do mesmo assunto. A seguir, passa-se para trechos de reportagens e de outras seções de revistas portuguesas destinadas ao público jovem (com sua linguagem própria), bem como a fotos de fachadas de lugares em Portugal em que aparecem escritas palavras que sejam usadas de modo diferente aqui no Brasil. São mostrados também *folders* de produtos portugueses para higiene bucal e são comparadas as embalagens de uma goma de mascar brasileira e de uma *pastilha elástica* portuguesa de mesma marca. Na seqüência, vem um texto trazendo os resultados de uma pesquisa feita junto a cearenses quanto ao sotaque nordestino de atores de uma novela da Globo. Depois são trazidos dois textos literários com linguagem bem regional: um do Rio Grande do Sul e outro de Goiás, e uma pequena história em quadrinhos em que se pode comparar a linguagem do personagem caipira Chico Bento, de Maurício de Sousa, e a de um dentista. Esses textos são seguidos de uma reportagem sobre gírias faladas por jovens cariocas e de duas cartas escritas por um mesmo personagem de livro de literatura infanto-juvenil: uma para uma amiga, em um estilo bem informal, e outra para uma empresa, em um estilo mais formal. Chega-se então a um texto sobre a história da língua portuguesa que traz exemplos de textos significativos de cada período dessa língua. Traz-se também uma cantiga de ninar escrita em um dialeto indo-português. Por fim, são apresentados um texto lúdico em que são destacadas palavras que o português do Brasil herdou do tupi e dois textos teóricos sobre a influência das línguas africanas nessa língua. Com tais textos, são propostas atividades de leitura, de análise (quanto ao conteúdo temático e quanto ao conteúdo lingüístico) e de produção textual para alunos em estágios médios a avançados de ensino.

Com o que foi trazido até aqui, não se quer dizer que o que deve ser ensinado nos ensinos fundamental e médio deva ser equivalente ao que se ensina nos cursos de Letras. É preciso ter o cuidado de discernir o que compete a cada nível de ensino, considerando-se *o que, quanto e como* deve ser trabalhado em cada um deles.

Finalizando, são acrescentadas a seguir, ao que já foi referido

no corpo do trabalho, algumas sugestões de referências bibliográficas que podem também colaborar nas pesquisas teóricas que devem embasar os estudos de português histórico dos alunos dos cursos de Letras, bem como as atividades práticas a serem propostas pelos professores nos ensinamentos fundamental e médio. Tais sugestões têm um caráter um tanto eclético, indo desde obras que tratam de questões mais específicas sobre aspectos históricos da linguagem até dicionários de termos regionais e obras que tratam de questões sobre sociolinguística, formação de palavras, crioulos de base portuguesa, literatura — de expressão portuguesa — e história africanas (estas em função do pouco material à disposição dos interessados pelo assunto): *África contemporânea: história, política e cultura* (1998), Alves (1990), Azevedo e Ângelo (1997), Buescu (1984), Caminha (1999), Cardoso (1990), Cardoso e Cunha (1978), Carvalho (1984a, 1984b, 1984c), Carvalho (1989), Carvalho e Nascimento (1977), Castro (1991), Cechin (1985a, 1985b, 1986), *Contos tradicionais santomenses* (1984), Cuesta e Luz (1989), Dell'Isola e Mendonça (1997), Dalgado (1998a, 1998b, 1998c), Elia (1963, 1979, 1987), Faria et al. (1996), Ferreira e Cardoso (1994), Fischer (1999), Fonseca (1985), Fonseca (1998), Fromkin e Rodman (1993), Goulart e Silva (1974), Hora e Christiano (1999), Luft (1983), Macedo et al. (1996), Marcuschi (1975), Martelotta et al. (1996), Mateus et al. (1994), Navarro (1998), Nunes (1989), Nunes e Nunes (1996), Núñez (1993), Paul (1983), Pereira (1997), Pereira e Pereira (1995), Piel (1989), Prata (1993), Prieto et al. (1995), Ramalho (1994), Rocha (1998), Roncarati e Mollica (1997), Sandmann (1991, 1992, 1996), Santilli (1985), Silva (s.d.), Silva (1989, 1991, 1993), Tarallo (1986, 1989), Teyssier (1989, 1997), Tomás e Pereira (1998), Travaglia (1996), Vanoye (1986), Vidos (1996), Vogt e Fry (1996).

CONCLUSÃO

Espera-se, com este trabalho, ter dado uma amostra da importante contribuição que pode trazer à formação de alunos dos três níveis de ensino um estudo dinâmico em que se trate de questões históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas, etc. envolvidas na evolução e no estágio atual de nossa língua, levando esses alunos a *(re)descobrirem* o Brasil e os outros países ou territórios em que se

fala português, e — por que não? — a sua própria identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: história, política e cultura. *Ciências & Letras*. Porto Alegre: FAPA, n. 21/22, nov 1998.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

AZEVEDO, Téo, ÂNGELO, Assis. *Dicionário Catrumano: pequeno glossário de locuções regionais*. 2.ed. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Nacional/ USP, 1967.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a el Rey D. Manuel* (transcrita para o português contemporâneo e comentada por Maria Angela Villela). 2.ed. São Paulo: Ediouro, 1999.

CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da Ilha de São Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa/Inst. Caboverdiano do Livro, 1990.

CARDOSO, Wilton, CUNHA, Celso. *Estilística e gramática histórica: português através de textos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARVALHO, José G. Herculano de. *Estudos lingüísticos*. 2.ed. Coimbra: Coimbra Ed., 1984a. v. 1.

———. *Estudos lingüísticos*. Coimbra: Coimbra Ed., 1984b. v. 2.

———. *Estudos lingüísticos*. Coimbra: Coimbra Ed., 1984c. v. 3.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARVALHO, Dolores Garcia, NASCIMENTO, Manoel. *Gramática histórica*. 12.ed. São Paulo: Ática, 1977.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CECHIN, Lúcia (Org.). *Antologia angolana: poesia e conto*. Porto Alegre: UFRGS, 1985a.

———. *Moçambique: sua história e sua literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 1985b.

———. (Org.). *Antologia: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Porto Alegre: UFRGS, 1986.

CONTOS TRADICIONAIS SANTOMENSES. Direção Nacional da Cultura de São Tomé e Príncipe, 1984.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: UnB, 1996.

CRYSTAL, David. *Que é lingüística?* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

CUESTA, Pilar Vázquez, LUZ, Maria Albertina Mendes. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1989.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 9.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1983.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret, MENDES, Eliana Amarante de Mendonça (orgs.). *Reflexões sobre a língua portuguesa: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1997.

DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Dialecto indo-português do Ceilão*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998a.

———. *Estudos sobre os crioulos indo-portugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998b.

———. *Dialecto português de Malaca e outros escritos*. Lisboa: Co-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

missão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998c.

ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1963.

———. *A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos geoecônômicos*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

———. *Sociolingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Padrão/EDUFF, 1987.

———. *A língua portuguesa no mundo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FARIA, Isabel Hub et al. *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1994.

FERREIRA, Carlota, CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FIGUEIREDO, Olívia Maria, BIZARRO, Rosa Porfíria. *Gramática da língua portuguesa: da palavra ao texto*. Lisboa: Asa, 1996.

FISCHER, Luís Augusto. *Dicionário de porto-alegrês*. 8.ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FLORIDO, Maria Beatriz, SILVA, Maria Emília Duarte da. *Gramática básica da língua portuguesa*. Porto: Porto Ed., 1996.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. *O português entre as línguas do mundo*. Coimbra: Almedina, 1985.

FONSECA, Joaquim (org.). *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o português*. Porto: Porto Ed., 1998. Tomos I e II.

FROMKIN, Victoria, RODMAN, Robert. *Introdução à linguagem*. Coimbra: Almedina, 1993.

GOULART, Audemaro Taranto, SILVA, Oscar Vieira da. *Estudo dirigido de gramática histórica e teoria da literatura*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1974.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa: séculos*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos - 21)
- HORA, Demerval da, CHRISTIANO, Elizabeth (orgs.). *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999.
- ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.
- KATO, Mary A. Apresentação: "Como, o que e por que escavar?" In: ROBERTS, Ian, —. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- LEPSCHY, Giulio C. *A linguística estrutural*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 5.ed. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Globo, 1983.
- MACEDO, Alzira Tavares de et al. (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MARCUSCHI, Luiz. *Linguagem e classes sociais*. Porto Alegre: Movimento/UFRGS, 1975.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da língua portuguesa: século XIX*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos - 25)
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 4.ed. Lisboa: Caminho, 1994.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 6.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.
- MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- NAVARRO, Fred. *Assim falava Lampião: 2.500 palavras e expressões nordestinas*. 2.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- NICOLA, José de, INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1989.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portu-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guesa. 9.ed. Lisboa: Clássica, 1989.

NUNES, Zeno Cardoso, NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. 7.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NÚÑES, Salvador. *Lenguaje e historia*. Barcelona: Octaedro, 1993.

PAIVA, Dulce de Faria. *História da língua portuguesa: século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos - 22)

PAUL, Hermann. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1983.

PEREIRA, Cilene da Cunha, PEREIRA, Paulo Roberto Dias (orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

PEREIRA, Maria Teresa G. (org.). *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa: século XX*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos - 26)

PINTO, Rolando Morel. *História da língua portuguesa: século XVIII*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos - 24)

PRATA, Mário. *Dicionário de português: schifaizfavoire*. 8.ed. São Paulo: Globo, 1993.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *Leitura e (re)escritura de textos: subsídios teóricos e práticos para o seu ensino*. Catanduva: Rêspel, 1999.

PRIETO, Maria Helena de Teves Costa Ureña et al. *Do grego e do latim ao português*. Coimbra: Fund. Calouste Gulbenkian, 1995.

RAMALHO, Américo da Costa. *Latim renascentista em Portugal*. Coimbra: Fund. Calouste Gulbenkian, 1994.

ROBERTS, Ian, KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

RONCARATI, Cláudia, MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

———. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

———. *Formação de palavras*. 2.ed. Curitiba: UFPR, 1996.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas: história e antologias*. São Paulo: Ática, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 20.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, Benedicto. *A língua portuguesa na cultura mundial*. Porto/Rio de Janeiro: Fund. Eng. Antônio de Almeida, Fund. Getúlio Vargas, s.d.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

———. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto; Salvador: UFBA, 1991.

———. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto; Salvador: UFBA, 1993.

SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa: segunda metade do século XVI e século XVII*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos - 23)

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

———. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.

———. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *Manual de língua portuguesa: Portugal - Brasil*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Coimbra: Coimbra Ed., 1989.

———. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TOMÁS, Maria Isabel, PEREIRA, Dulce (org.). *Os espaços do crioulo: textos nos crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, s.d. [1998].

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de lingüística românica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

VOGT, Carlos, FRY, Peter. *Cafundó: A África no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

ANEXOS

Sugestões de sites e links

Brasil

Cadê: <http://www.cade.com.br>.

Busca Web: <http://www.buscaweb.com.br>

Radar Uol: <http://www.radar.uol.com.br>

Biblioteca Virtual Brasileira de Língua e Literatura, do Ministério da Educação: <http://www.cr-sp.rnp.br/literatura/index.html>

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro:
<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

Fundação Biblioteca Nacional: <http://www.dpt.bn.br/>

A História da Língua Portuguesa:
<http://www.leca.ufrn.br/portugues/index.html>

Portugal

Sapo: <http://www.sapo.pt>

AEIOU: <http://www.aeiou.pt>

Gertrudes: <http://stoat.shef.ac.uk:8080/gertrudes>

Portugal em Linha: <http://www.portugal-linha.pt/>

Portugalnet: <http://www.potugalnet.pt>

Museu da Cidade – Lisboa: <http://portugal.hpv.pt/lisboa/med>

Museu da Marinha – Lisboa: <http://www.museumarinha.pt>

Fonte:

GENNARI, Maria Cristina. *Minidicionário de informática*. São Paulo: Saraiva, 1999.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Outros:

Cronológica: <http://www.unb.br/il/liv/crioul>

Bibliografia de textos antigos galegos e portugueses:
<http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon//sharrol.ipg>

Poesias de autores africanos:
<http://nicewww.cern.ch/~pintopc/www/Africa.html>

Select internet resources in the literature of Spain and Portugal:
<http://www.hfae.uh.edu/Dean/html/iberia.htm>

Langue portugaise et littératures d'expression portugaise:
<http://www.kcl.ac.uk/depsta/humanities/pobrst/pliterat.htm#Antologies>

Timor Net - An information service on East Timor:
<http://www.uc.pt/scripts/timornet/sirius.exe/etmp?index.html>

Especial Timor:
<http://viriato.isr.ist.utl.pt/~cfb/VdS/especial.timor.txt>

Portuguese letterkunde: <http://www.kb.nl/dutchess.ned/18/37/>

Crestomatia de Quarta-Feira:
<http://automatix.inesc.pt/~jaj/crestomatia/>

Origem da língua portuguesa:
<http://www.geocities.com/Athens/Styx/2607/Origem.htm>

Projeto Vercial - Literatura medieval portuguesa:
<http://www.ipn.pt/opsis/litera/medieval.htm>

Cantigas medievais:
<http://www.ctv.es/USERS/mforca/Cantigas/principal.htm>

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 folhas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 300 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOGOGUS
A/C de José Pereira da Silva
Rua Visconde de Niterói, 512/97
20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pessoalmente, por telefone e fax (0XX21) 569-0276, pelo endereço eletrônico pereira@uerj.br ou através da home page www.filologia.org.br.